

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME MARTELLI MOREIRA

**O CRIME DE DESAPARECIMENTO FORÇADO EM DEMOCRACIAS SUL-  
AMERICANAS**

**Um estudo à luz do Estatuto de Roma**

CURITIBA

2018

GUILHERME MARTELLI MOREIRA

**O CRIME DE DESAPARECIMENTO FORÇADO EM DEMOCRACIAS SUL-  
AMERICANAS**

**Um estudo à luz do Estatuto de Roma**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito básico para a obtenção do grau de Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Rui Carlo Dissenha

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

GUILHERME MARTELLI MOREIRA

### **O CRIME DE DESAPARECIMENTO FORÇADO EM DEMOCRACIAS SUL-AMERICANAS**

**Um estudo à luz do Estatuto de Roma**

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Rui Carlo Dissenha  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Prof. Dr. Guilherme Brenner Lucchesi  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Profª. Drª. Érica de Oliveira Hartmann  
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Curitiba, de                      de 2018.

*Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. Porque a gente também foi aprender fora, alguma coisa. Ai os perfis das prisões daqui mudaram; a forma de contato com os presos mudou; surgiu a necessidade de aparelhos; porque – isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor não é você matar a pessoa. É você fazer ela desaparecer. O destino fica incerto. O seu destino como... fica incerto. O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não, você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou. Não tem mais... mais o que pensar nele. O meu destino, se eu falhar, vai ser esse. Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como?*

(Paulo Malhães, depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 2014. Arquivo CNV, 00092.002760/2014-83)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu pai e minha mãe por me proporcionarem e garantirem oportunidades que eles nunca tiveram, bem como servirem de modelo em todos os momentos da minha vida. Amo vocês!

Sempre serei grato aos meus irmãos Eduardo e Heloísa pela paciência, pelo companheirismo, pela amizade e por serem meu porto seguro!

Enormemente agradecido à minha família, por sempre levantarem a minha cabeça e me dar apoio quando eu mais precisava e por dividirem comigo as melhores risadas e conversas.

Agradeço aos Professores Doutores Rui Carlo Dissenha e Guilherme Brenner Lucchesi pelas orientações, pelo incentivo ao estudo do Direito Penal Internacional e pela amizade desde a estreia do GEPPI na Haia.

Imensurável a gratidão aos meus amigos, meus irmãos por eleição, por sempre me darem os reais motivos para rir e sorrir nestes anos de Faculdade. Sem vocês, faltaria ânimo necessário para completar até mesmo as tarefas mais simples e banais.

Muitíssimo obrigado à minha namorada, pelo incontestável companheirismo desde brincadeiras e piadas de gosto duvidoso até shows de Metal e jogos de rugby, sempre com um enorme sorriso no rosto!

## **RESUMO**

Inicialmente, analisa-se brevemente a construção histórica do desaparecimento forçado, para em seguida estudar o contexto na América do Sul, especialmente em relação às ditaduras brasileira, argentina, uruguaia e chilena, e ao contexto brasileiro no período democrático após a promulgação da Constituição da República, em 1988. No segundo grande momento deste Trabalho, estuda-se o sistema internacional de proteção do indivíduo contra o desaparecimento forçado, sobretudo à luz do Estatuto de Roma, para que então, em um terceiro capítulo, aborde-se o sistema de proteção nacional do indivíduo contra a prática em comento. À guisa da conclusão, compara-se a legislação da Argentina, do Uruguai e do Chile, para que então se conclua a presente monografia.

Palavras-chave: Tribunal Penal Internacional. Estatuto de Roma. Crimes contra a humanidade. Crime de desaparecimento forçado. Direito comparado. Brasil. Argentina. Uruguai. Chile.

## RÉSUMÉ

En premier lieu, on étudie brèvement la construction historique de la disparitions forcées de personnes. D'ailleurs on analyse l'Amérique du Sud, spécialement les dictatures brésilien, argentin, uruguayen et chilien ainsi que le contexte brésilien dans le période après la promulgation de la Constitution de la République du Brésil, en 1988. Deuxièmement, on étudie le système internationale de protection au individu contre la disparition forcée de personnes, surtout d'après le Statut de Rome de la Cour Pénale Internationale. Ensuite, on investigate les systèmes nationales de protection au individu contre le crime de disparition forcée de personnes. Somme toute, pour finaliser ce travail de conclusion de cours, on compare les législations de l'Argentine, de l'Uruguay et du Chile.

Mot-clé: Cour Pénale Internationale. Statut de Rome. Crime contre l'humanité. Crime de disparitions forcées de personnes. Droit Comparé. Brésil. Argentine. Uruguay. Chile.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALN	- Aliança Libertadora Nacional
BPE	- Batalhão de Polícia do Exército
CF	- Constituição Federal
CISA	- Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica
CONADEP	- Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas
CP	- Código Penal
ER	- Estatuto de Roma
EUA	- Estados Unidos da América
MOLIPO	- Movimento de Libertação Popular
OEA	- Organização dos Estados Americanos
ONU	- Organização das Nações Unidas
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PEC	- Proposta de Emenda Constitucional
PNDH	- Programa Nacional de Direitos Humanos
PNDH-3	- Programa Nacional de Direitos Humanos 3
PORT	- Partido Operário Revolucionário Trotskista
PrepCom	- Comissões Preparatórias para Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	- Sistema Nacional de Informação
TPI	- Tribunal Penal Internacional
TPII	- Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia
TPIR	- Tribunal Penal Internacional para Ruanda
UPP	- Unidade de Polícia Pacificadora
VPR	- Vanguarda Popular Revolucionária



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DESAPARECIMENTO FORÇADO ...</b>	<b>12</b>
2.1	PLANO CONDOR E OS DESAPARECIMENTOS FORÇADOS AMÉRICA LATINA.....	14
2.1.1	Caso Sidney Fix Marques dos Santos .....	15
2.2	DESAPARECIMENTOS FORÇADOS NO BRASIL .....	17
2.2.1	Caso Rubens Paiva .....	18
2.3	REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA.....	21
2.3.1	A redemocratização do Brasil e a Constituição Federal de 1988.....	21
2.3.2	Desaparecimento Forçado: um problema atual brasileiro .....	23
<b>3</b>	<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO CONTRA O DESAPARECIMENTO FORÇADO .....</b>	<b>27</b>
3.1	NORMATIVA INTERNACIONAL .....	27
3.1.1	Resolução n.º 33/173 .....	27
3.1.2	Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado .....	28
3.1.3	Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas .....	29
3.1.4	Estatuto de Roma .....	30
3.1.5	Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado .....	32
3.2	JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL .....	35
3.2.1	Sentença do Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil .....	35
3.3	O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL .....	36
3.3.1	A gênese do Tribunal Penal Internacional.....	36
3.3.2	O princípio da complementariedade, ou o Tribunal Penal Internacional como "cão-de-guarda" .....	38
<b>4</b>	<b>SISTEMA DE PROTEÇÃO NACIONAL DO INDIVÍDUO CONTRA O DESAPARECIMENTO FORÇADO .....</b>	<b>40</b>
4.1	BRASIL .....	40
4.1.1	Obrigação jurídica de adequação aos Tratados Internacionais .....	40
4.1.2	Diferenças para outros tipos penais nacionais .....	43

4.1.2.1	Diferença entre o desaparecimento forçado e o sequestro e o cárcere privado .....	43
4.1.2.2	Diferença entre o desaparecimento forçado e a lesão corporal .....	46
4.1.3	Os Projetos de Lei no Brasil .....	48
4.1.3.1	Projeto de Lei n.º 301, de 2007 .....	49
4.1.3.2	Projeto de Lei n.º 245, de 2011 .....	51
4.1.3.3	Projeto de Lei n.º 236, de 2012 .....	53
4.2	DIREITO COMPARADO .....	54
4.2.1	Argentina .....	55
4.2.2.1	Mudanças legislativas .....	56
4.2.2	Uruguai .....	58
4.2.2.1	Mudanças legislativas .....	59
4.2.3	Chile .....	61
4.2.3.1	Mudanças Legislativas .....	63
4.3	ANÁLISE COMPARADA DAS LEIS E DE PROJETOS DE LEIS .....	66
4.3.1	Alcance do tipo no Estatuto de Roma e nas legislações internas.....	66
4.3.2	Medidas da pena .....	69
4.3.3	Sujeitos ativos .....	70
5	<b>CONCLUSÃO</b> .....	72
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	74

## 1 INTRODUÇÃO

O desaparecimento forçado é um crime tipificado pelo Estatuto de Roma, que rege o Tribunal Penal Internacional, caracterizado pelo ataque amplo ou generalizado, como um atentado à segurança de toda humanidade, o que revela a sua especial gravidade.

Nos termos desta lei penal internacional, desaparecimento forçado de pessoas é a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo.

Impende estudar o tema, dado que se revela como um tema sensível e importante para as sociedades sul-americanas, dado que as ditaduras militares a partir da década de 50 e 60 utilizaram-se desta tática para reprimir a dissidência política, bem como amedrontar suas populações, a fim de se consolidar no poder, em flagrante desrespeito aos direitos humanos estabelecidos por diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, é de sublinhar o depoimento do torturador tenente-coronel Paulo Malhães durante a ditadura brasileira, instituída pelo Golpe Civil-Militar de 1964, uma vez que revela a utilização do expediente do desaparecimento forçado de pessoas como instrumento para aterrorizar e reprimir a população brasileira.

Todavia, a prática destes atos perpetuam-se na contemporaneidade, mesmo com o advento de Constituições típicas de Estados de Direito e com a realização de Comissões da Verdade nos países ora estudados, quais sejam, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

Neste sentido, convém salientar que os países foram escolhidos devido à sua proximidade e similaridade econômica, social, geográfica e histórica.

Com efeito, um dos casos mais emblemáticos no Brasil após a edição da Constituição de 1988 e a volta à Democracia ocorreu em 2013, quando Amarildo Dias de Souza foi detido por Policiais Militares e conduzido à Unidade de Polícia Pacificadora do Bairro da Favela da Rocinha. Neste ínterim, acabou desaparecido, sem quaisquer explicações coerentes de seu paradeiro pelos agentes de segurança

pública. Apenas após a pressão popular é que o caso foi levado ao Poder Judiciário para que houvesse uma resposta, no que pese a discussão jurídica versou sobre outros tipos penais.

Desta forma, o principal problema identificado é a falta de tipificação da conduta do desaparecimento no ordenamento jurídico brasileiro para responder às especificidades da nossa complexa sociedade, assim como uma réplica à obrigação internacional de tipificação.

Nesse mesmo sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso objetiva analisar as legislações brasileira, argentina, uruguaia e chilena – bem como os projetos de lei –, à luz do Estatuto de Roma e de Princípios do Direito Internacional, a fim de averiguar e confirmar se o desaparecimento forçado de pessoas foi incorporado por estes Estados Nacionais. Por fim, compara-se – naquilo que é possível compara – as leis latino-americanas, para averiguar como e se elas observaram o regramento internacional.

A análise foi realizada pelo estudo da legislação penal dos países em questão, bem como o Estatuto de Roma e doutrinas nacionais e internacionais.

Parte-se da hipótese de que o Brasil não possui uma legislação capaz de tutelar os bens jurídicos que a tipificação proposta pelo Estatuto de Roma propõe. Ocorre que o crime tipificado pela legislação pátria como sequestro e cárcere privado se diferencia do desaparecimento forçado pelo bem jurídico a ser tutelado, bem como técnica legislativa e o modo em que o delito ocorre.

Levante-se a tese de que a tipificação do desaparecimento forçado cumprirá com uma função político-criminal, de caráter preventivo-informativo, que incrementará a proteção aos bens jurídicos indispensáveis para uma vida harmoniosa em sociedade.

## 2 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DESAPARECIMENTO FORÇADO

A prática do desaparecimento forçado de pessoas não se revela como um fenômeno inédito da História, tampouco recente.

O Estado Nazista ao longo do Século XX, ao perseguir com sua ideologia de extermínio, intimidava, reprimia e executava civis judeus e opositores, a fim de implantar a ideia de *Volksgemeinschaft*.<sup>1</sup> Representa, pois, a palavra alemã empregada por Hitler, cujo significado é "comunidade nacional", ou, ainda, "comunidade do povo" – os quais os perseguidos politicamente não fariam seriam integrantes. Em suma, objetivava-se combinar as ideias de unidade, devoção para com a comunidade e ajuda mutual.

Nesta toada, Hitler ansiava por criar um Estado para alemães considerados arianos e para uni-los, era necessário usar o denominador comum "cultura alemã". Com efeito, considerava-se a cultura daquele país, bem como a sua população como superiores às demais. Nesta esteira, cria-se a dicotomia entre a "raça pura" e as demais. Esta visão política elegeu os judeus como a "pior raça", que deveria ser exterminada.<sup>2</sup>

A Alemanha, sob o prisma da ideologia racial, utilizou-se da propaganda para fomentar suas políticas estatais, sendo possível citar programas de eutanásia, esterilização e o Holocausto<sup>3</sup>, este último responsável pela morte de aproximadamente seis milhões de judeus, cerca de 78% da população de judeus à época que viviam na Europa.<sup>4</sup>

Registra-se que, dentre os mais variados métodos para intimidar a população utilizados pelos nazistas, tanto na Alemanha quanto em regiões ocupadas, um dos que mais se destacou foi o desaparecimento forçado de pessoas, legalizado pelo Decreto "Noite e Neblina"<sup>5</sup>, em 1941.

---

<sup>1</sup> TEATER, Emily. **Volksgemeinschaft**: The Rise of Nazi Ideology. Honors Projects, University Honor, 2012. Disponível em: <goo.gl/ipXjC6>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>2</sup> TEATER, Emily. **Volksgemeinschaft**: The Rise of Nazi Ideology. Honors Projects, University Honor, 2012. Disponível em: <goo.gl/ipXjC6>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>3</sup> MONHOLLEN, Judy. The Effect of Nazi Propaganda on Ordinary Germans. **Saber and Scroll**, v.1, n.1, 2012. Disponível em: <goo.gl/WWQgFR>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>4</sup> YAD VASHEM. **About the Holocaust**: Overview - How Vast was the Crime. Disponível em: <goo.gl/X33gUi>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>5</sup> THE AVALON PROJECT. The Fuehrer and Supreme Commander of the Armed Forces. **Nazi Conspiracy and Aggression**, v.7, n.L-90. Disponível em: <goo.gl/YRvd1W>. Acesso em: 16 mar. 2017.

A partir desta data, os agentes do Estado, a mando de Hitler, desapareciam com as pessoas com o objetivo amedrontar nas populações, ao tornar incerto se suas vidas e/ou direitos seriam respeitados.

Estimativas apontam que cerca de 7.000 pessoas foram desaparecidas nos primeiros dias do decreto. Após a sua abdução, as vítimas seriam deportadas para os campos de concentração de Gross-Rosen e Natzweiler-Struthof.<sup>6</sup> Salienta-se que aos agentes envolvidos nesta prática eram defesos de oferecer paradeiros ou qualquer outra informação às autoridades alemãs ou internacionais quando perguntados.<sup>7</sup>

Finda a Segunda Guerra Mundial, o grande referencial desta prática torna-se a América, já no anos 1960, quando registrou-se a incidência deste crime na Guatemala. À época, agentes estatais compunham esquadrões da morte, a fim de perseguir os opositores do governo e os simpatizantes da dissidência.<sup>8</sup>

Na década de 1970, esse fenômeno se alastrou pela América do Sul, sobretudo Chile e Brasil<sup>9</sup>, na medida em que se pode relacionar com a ascensão das ditaduras de extrema direita ao poder neste período histórico. Ora, percebe-se tal prática com cunho políticos, qual seja, a repressão sistematizada de opositores e dissidentes dos novos governos.

Sob o discurso oficial de afastar o "perigo comunista" da América do Sul durante a Guerra Fria, os Estados Unidos da América ajudaram a instaurar regimes militares de direita.<sup>10</sup> Com efeito, os países sul-americanos sofreram com um período autoritário e violento.

---

<sup>6</sup> UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Nazi camp system**. Disponível em: <goo.gl/sSZc5B>. Acesso em: 17 mar. 2017.

<sup>7</sup> O Decreto nazista preconizava a pena capital aos capturados, além de vedar qualquer tipo informação àqueles não envolvidos no plano. No decreto, em inglês, temos que: "*I. Within the occupied territories, the adequate punishment for offences committed against the German State or the occupying power which endanger their security or a state of readiness is on principle the death penalty.*" e "*III. Prisoners taken to Germany are subjected to military procedure only if particular military interests require this. In case German or foreign authorities inquire about such prisoners, they are to be told that they were arrested, but that the proceedings do not allow any further information.*"

<sup>8</sup> REOCH, Richard. "Disappearances" and the international protection of human rights. **The Year Book of World Affairs**, Londres, v.36, p.166-167, 1982.

<sup>9</sup> PERRUSO, Camila Akemi. **O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos: direitos humanos e memória**. 222f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p.24. Disponível em: <goo.gl/QH2y57>. Acesso em: 21 fev. 2017.

<sup>10</sup> OFFICE OF THE HISTORIAN. **198. Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil**. Disponível em: <goo.gl/AwSCy8>. Acesso em: 03 abr. 2017.

Desta maneira, houve uma ruptura da ordem democrática no Brasil, em 1964, com a ascensão ao poder do General Castelo Branco; com a tomada do Governo pelo General Videla, na Argentina, em 1966; com o golpe de Estado pelo General Augusto Pinochet, no Chile, em 1973; e pela dissolução do Parlamento e suspensão da Constituição então vigente por Juan María Bordaberry, no Uruguai, também em 1973.

Desta maneira, com a democracia derrotada, a figura do desaparecimento forçado foi ganhando cada vez mais força.

## 2.1 PLANO CONDOR E OS DESAPARECIMENTOS FORÇADOS AMÉRICA LATINA

Durante as Ditaduras Militares das décadas de 60 e 70, a prática do desaparecimento forçado foi extensivamente utilizado como política de Estado para reprimir a oposição ao Governo na América Latina, cujos efeitos a população sente até hoje<sup>11</sup>.

A compatibilidade ideológica das ditaduras militares da América do Sul refletiu em uma cooperação para a repressão da "subversão", uma vez que as lideranças desses países se viam como um baluarte da defesa da democracia e do capitalismo, como se formassem um bloco "anticomunista".<sup>12</sup>

Diante de tal afinidade, foi criada a Operação Condor, também conhecido como Plano Condor.<sup>13</sup> Cuida-se de uma cooperação mútua entre a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, a fim de reunir informações e coordenar ações criados na década de 1970.

É de se verificar que eram acordados planos extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos<sup>14</sup>, uma vez

---

<sup>11</sup> Muitas famílias e amigos remanescem sem o paradeiro de seus filhos ou amigos.

<sup>12</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1). p.220.

<sup>13</sup> OPERAÇÃO CONDOR E A DITADURA NO BRASIL. Departamento de Estado dos EUA. Bureau of Intelligence and Research. **"South America: Southern Cone Security Practices"**, p.3-4, 19 jul. 1976. Disponível em: <goo.gl/7Aowk3>. Acesso em: 25 abr. 2017.

<sup>14</sup> BRASIL, op. cit., p.220.

que o alcance desta Operação era continental, sob a insígnia da Doutrina de Segurança Nacional<sup>15</sup>.

Cai a laço notar que o referido plano era dividido em três partes, quais sejam, a criação de um banco de dados e a troca de informações entre os Ditadores, procedida da realização de operações conjuntas, bem como a troca de prisioneiros e, por fim, a execução de assassinatos seletivos de dirigentes políticos.<sup>16,17,18</sup>

Ainda que as práticas governamentais brasileiras não tenham sido apuradas dentro dos marcos da Operação Condor, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o Paraguai, em 2006<sup>19</sup>, e o Uruguai, em 2011<sup>20</sup>, pelas violações aos Direitos Humanos dentro deste contexto. Em ambos os casos, restou comprovado a rede de inteligência formada pelos países sul-americanos com a finalidade de cometer delitos, iniciados pelo desaparecimento forçado de seus cidadãos.

A fim de compreender a amplitude destas operações em âmbito internacional, passa-se, agora, à análise do Caso Sidney Santos, brasileiro desaparecido em território estrangeiro durante a década de 1970.

### 2.1.1 Caso Sidney Fix Marques dos Santos

Dentre as longas listas de vítimas decorrentes das ações da Operação Condor, tanto em território brasileiro, quanto nos Estados participantes desta empreitada, destaca-se o desaparecimento de Sidney Fix Marques dos Santos, uma vez que revela o *modus operandi* das ditaduras para com os considerados inimigos do poder.

---

<sup>15</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1). p.221.

<sup>16</sup> BRASIL, loc. cit.

<sup>17</sup> A BRIEF LOOK AT 'OPERATION CONDOR. **Arquivo CNV, 00092.003101/2014-64**. 1978. Disponível em: <goo.gl/dKvENo>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>18</sup> OPERATION CONDOR. **Arquivo CNV, 00092.001303/2014-71**. 1976. Disponível em: <goo.gl/GXArJZ>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>19</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Goiburú e outros vs. Paraguai**. Sentença n.º 153, Méritos, Reparações e Custas. San José, Costa Rica, 22 de setembro de 2006. Disponível em: <goo.gl/X1gLGd>. Acesso em: 28 abr. 2017.

<sup>20</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gelman vs. Uruguai**. Sentença n.º 221, Méritos e Reparações. San José, Costa Rica, 24 de fevereiro de 2011. Disponível em: <goo.gl/U3T1k3>. Acesso em: 28 abr. 2017.



Ao alvorecer do Golpe Civil-Militar de 1964, Sidney Fix se viu obrigado a ingressar na clandestinidade<sup>21</sup> devido ao seu envolvimento com movimentos de esquerda, e mesmo assim, devido à repressão dos militares, optou por se refugiar na Argentina, em 1972<sup>22</sup>.

Em 15 de fevereiro de 1976, Sidney desapareceu em Buenos Aires, Argentina.

Seu pai, Cherubim Marques dos Santos redigiu um documento à Embaixada Brasileira, acusando que seu filho teria sido capturado por um grupo de dez homens, em trajes civis, distribuídos em dois Ford Falcon<sup>23,24</sup>. Além disso, foi o autor de um *habeas corpus* em favor de seu filho, que estaria nas dependências da coordenação federal da Polícia Argentina e que foi enviado ao Ministério do Interior, ao chefe do Serviço de Informação do Exército e ao Consulado do Brasil.<sup>25</sup>

Igualmente, a mãe do desaparecido, Suzana Olga Fix Marques dos Santos, requereu ao então Ministro das Relações Exteriores brasileiro, o embaixador Azeredo da Silveira, que intercedesse junto às autoridades argentinas, a fim de que o paradeiro de seu filho fosse descoberto.<sup>26</sup>

Ainda que as autoridades sempre negassem qualquer tipo de envolvimento com o desaparecimento forçado de Sidney Fix, relatórios da agência de São Paulo do SNI informam que a vítima estava sendo monitorada desde 1973. Outrossim, em que pese a negação dos agentes da repressão sobre seu paradeiro, sabe-se que a vítima estava na Argentina e teve sua prisão efetivamente requisitada, em 1976.<sup>27</sup>

A denúncia sobre seu desaparecimento foi registrada pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, protocolada com o número 3.129. Este dossiê foi numerado novamente, e, atualmente, é o número

---

<sup>21</sup> CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EREMIAS DELIZOICOV. **Sidney Fix Marques dos Santos**. Disponível em: <goo.gl/2Sbupo>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>22</sup> Sidney Fix foi dirigente do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), editor do jornal *Frente Operária* e mentor da Greve Geral de 13 de dezembro de 1961

<sup>23</sup> COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sidney Fix Marques dos Santos**. 2015. Disponível em: <goo.gl/SdEU76>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>24</sup> MERCOSUR DERECHOS HUMANOS. Guía de Archivos y Fondos Documentales. **Sidney Fix Marques dos Santos**. Disponível em: <goo.gl/s4hfCZ>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>25</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p.250. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

<sup>26</sup> COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sidney Fix Marques dos Santos**. 2015. Disponível em: <goo.gl/SdEU76>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>27</sup> COMISSÃO DA VERDADE (Org.). Arquivo CNV, 00092.001405/2014-97. **Exército Argentino**, jun. 1976. Disponível em: <goo.gl/c5JF8v>. Acesso em: 10 maio 2017.

436 do Registro da Secretaria de Direitos Humanos do então Ministério de Justiça, Seguridad e Direitos Humanos da Argentina.<sup>28</sup>

A irmã de Sidney, Leda Marques dos Santos, depôs à Comissão de Representação Externa sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, registrado em 12 de maio de 1992, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que o corpo de Sidney não foi localizado, tampouco emitido atestado de óbito por parte do governo argentino.<sup>29, 30</sup>

Ao final do caso, o Estado argentino reconheceu a responsabilidade pelo desaparecimento por meio da Secretaria de Direitos Humanos, subordinada ao Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos. Sidney teve seu nome encontra inscrito no monumento do Parque da Memória, em Buenos Aires, Argentina.<sup>31</sup>

## 2.2 DESAPARECIMENTOS FORÇADOS NO BRASIL

Como exposto no título 2.1, a prática do desaparecimento forçado foi uma prática recorrente dos Estados Sul-Americanos, num contexto de plano cooperativo internacional, a fim de perseguir as pessoas dentro do território dos países integrantes. Não se pode olvidar, contudo, que os Governos Nacionais praticavam o desaparecimento dentro de suas fronteiras, imbuída de aspirações políticas. Assim, dedica-se o ponto 2.2 à demonstração da ocorrência do fenômeno em análise no Brasil.

Bom é dizer desde logo que o *modus operandi* do desaparecimento forçado que consistia na detenção arbitrária ou sequestro<sup>32</sup>, podendo ser sucedido pela ocultação do cadáver<sup>33</sup>, sempre sob o pretexto da Doutrina de Segurança Nacional, por agentes governamentais.

---

<sup>28</sup> MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS. **Listado de víctimas del accionar represivo ilegal del Estado argentino**: Víctimas de desaparición forzada y asesinato en hechos ocurridos entre 1966 y 1983. p.762. Disponível em: <goo.gl/w5Uhmw>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>29</sup> COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sidney Fix Marques dos Santos**. 2015. Disponível em: <goo.gl/SdEU76>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>30</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p.250. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

<sup>31</sup> PARQUE DE LA MEMORIA. **Registro de victimas**. 2014. Disponível em: <goo.gl/N3YnSJ>. Acesso em: 10 maio 2017.

<sup>32</sup> ARNS, Paulo Evaristo; SOBEL, Henry; WRIGHT, Jaime. **Brasil: nunca mais**. 40.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Projeto Brasil Nunca Mais). p.258.

<sup>33</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p.290. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

Convém rememorar que a condição de desaparecido devido à atuação estatal representa um dos maiores estágios de desrespeito à dignidade humana e aos direitos humanos, dado que resta impedido a aplicação de dispositivos legais capazes de tutelar a segurança de um indivíduo.<sup>34</sup>

A prática do desaparecimento forçado, além de instrumento para aterrorizar e controlar a população, também era usado como método para ocultar crimes cometidos pelos agentes de Estado<sup>35</sup>, na medida em que as *causas mortis* dos desaparecidos eram consignados como frutos de atropelamentos ou suicídios, justamente para encobrir tanto a prática do desaparecimento forçado quanto assassinatos.<sup>36</sup>

Salienta-se que o caráter sistemático, generalizado e organizado por um Poder Central deu larga amplitude ao desaparecimento forçado, tanto em território nacional, quanto internacional no âmbito da América do Sul.<sup>37,38</sup> O impulso político deste terrorismo estatal resta comprovado ao se constatar que 61% dos desaparecidos eram membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), da Aliança Libertadora Nacional (ALN), da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO).<sup>39</sup>

Feita esta breve análise no contexto brasileiro, estuda-se um dos casos emblemáticos no Brasil, qual seja, aquele de Rubens Paiva.

### 2.2.1 Caso Rubens Paiva

Nascido em Santos, em 1929, Rubens Paiva foi eleito deputado federal por São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962 com 13.440 votos.<sup>40</sup> Durante a sua legislatura, participou de cargos importantes, como vice-líder do partido e

---

<sup>34</sup> ARNS; SOBELWRIGHT, op. cit., p.258.

<sup>35</sup> BRASIL, op. cit., p.501.

<sup>36</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Informação n.º 022/16/AC/76**: denúncia de torturas ao Gab. Civil da Presidência. 1976. p.40-41. Disponível em: <goo.gl/n2yruU>. Acesso em: 13 maio 2017.

<sup>37</sup> De acordo com o Arquivo CNV, 00092.003144/2014-40: "Quadro geral da CNV sobre mortos e desaparecidos políticos", a Ditadura Militar Brasileira (1964 - 1985) vitimou 434 pessoas. Deste número, cerca de metade (243 cidadãos) foram também vítimas de desaparecimento forçado.

<sup>38</sup> A Comissão Nacional da Verdade aponta que o Estado brasileiro contava com o auxílio do Instituto Médico-Legal, médicos legistas, administração de cemitérios e do Poder Judiciário enfraquecido para manejar os fatos, a fim de favorecer seus interesses.

<sup>39</sup> BRASIL, op. cit., p.501.

<sup>40</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. **Referendum 6.163**, p.283, 1964. Disponível em: <goo.gl/rw8LXF>. Acesso em: 14 abr. 2017.

vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito responsável por investigar a atuação de organizações que buscavam desestabilizar o governo Goulart.<sup>41</sup>

Por força do Golpe Civil-Militar brasileiro, assim como o advento do AI-1, teve o mandato cassado e refugiou-se na Embaixada da Iugoslávia no Rio de Janeiro, para fugir da repressão.<sup>42</sup> Ainda que tenha se exilado certo tempo depois na Iugoslávia com outros deputados perseguidos pelo Governo Militar, por questões pessoais e políticas planejou voltar ao Brasil.

Para despistar as autoridades competentes, embarcou num avião com destino à Montevideu, Uruguai, partindo de Copenhague, Dinamarca e com escala no Aeroporto Galeão, no Rio de Janeiro. Contudo, em vez de continuar no avião para a capital uruguaia, desceu da aeronave na cidade fluminense, sob o pretexto de comprar cigarros, e viajou à São Paulo, onde restabeleceu sua residência.<sup>43</sup> Ulteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro.

Paralelamente, em 1971, por força do sequestro do Embaixador Giovanni Bucher, da Suíça, o Governo brasileiro libertou 70 presos políticos, composta notadamente por integrantes da esquerda, numa verdadeira troca de prisioneiros.

Quando este grupo desembarcou para a liberdade no Chile, foram lá recepcionados por outros exilados políticos, incluindo Cecília de Barros Correia Viveiros de Castro e Marilene de Lima Corona que optaram retornar ao Brasil.

De fato o fizeram, mas munidas com diversas cartas endereçadas a amigos e parentes dos dissidentes que residiam em solo nacional.

Tão logo pousou no Galeão por volta da meia-noite, agentes do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA), um dos órgãos de repressão à época, prenderam as duas mulheres e as levaram para uma base aérea adjacente, que estava sob comando do brigadeiro Carlos Afonso Dellamora, para fins de interrogatório.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Crimes da ditadura militar**: relatório sobre as atividades de perseguição penal desenvolvidas pelo MPF em matéria de graves violações a DH cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção (2008-2012). Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <goo.gl/6fbzfl>. Acesso em: 17 abr. 2017.

<sup>42</sup> TÉRCIO, Jason. **Rubens Paiva**. Brasília: Edições Câmara, 2013. p.150. (Perfis Parlamentares n. 67).

<sup>43</sup> TÉRCIO, loc. cit.

<sup>44</sup> TÉRCIO, Jason. **Rubens Paiva**. Brasília: Edições Câmara, 2013. p.183. (Perfis Parlamentares n. 67).

Marilene era a portadora da carta endereçada a Rubens Paiva, a qual deveria entregar pessoalmente. Para localizá-lo, tinha apenas o telefone do então deputado.<sup>45</sup>

Com efeito, por volta das 11 horas da manhã seguinte, Marilene foi obrigada a ligar para Paiva, com a finalidade de descobrir o endereço de sua moradia. Assim que o deputado atendeu e confirmou o endereço de sua residência, os militares se deslocaram para a casa.<sup>46</sup> Minutos mais tarde, seis agentes do CISA à paisana e fortemente armados invadiram a casa de Rubens Paiva.

No dia 21 de janeiro de 1971, sem esboçar alguma resistência, Paiva tranquilizou os agentes da repressão e fez questão de ser conduzido à III Zona Aérea com seu carro, para ser interrogado.<sup>47,48</sup>

Ainda que Marilene e Cecília tenham ficado em outro quarto do estabelecimento militar, puderam relatar que, às vezes, homens em trajes civis saíam da sala de interrogatório de Rubens Paiva e cochichavam entre si, mas quando tais pessoas voltavam ao aposento, escutavam urros de dor do ex-deputado federal. Era o início das torturas inflingidas à vítima.<sup>49,50</sup>

No final do mesmo dia, Rubens Paiva, Cecília e Marilene foram transferidos ao quartel do 1.º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), que desde 1970, era o local do funcionamento do Destacamento de Operações de Informações do I Exército.

Ante o sumiço de Paiva, sua família o levou roupas e alimentos na III Zona Aérea, onde ele se encontraria. Contudo, foi negada a entrega, pois se informou que o deputado não se encontrava em nenhuma organização militar do Exército fluminense. Foi transmitida a informação de que, durante o transporte entre os prédios militares, o carro teria sido abordado por elementos desconhecidos, os quais o levaram para um local igualmente desconhecido.<sup>51,52</sup>

---

<sup>45</sup> PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO. **Informe-SNI/RJ**, n.70, 25 jan. 1971. Disponível em: <goo.gl/MVDoKz>. Acesso em: 17 maio 2017.

<sup>46</sup> FONTELES, Claudio. **Rubens Beyrodt Paiva**. Disponível em: <goo.gl/CXbkae>. Acesso em: 16 maio 2017.

<sup>47</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p.562. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

<sup>48</sup> Depoimento de Eunice Paiva ao autor; carta de Eunice Paiva, de 12 fev. 1971 e relatório de Eunice Paiva escrito em julho de 1971. Cf. também PAIVA, Eunice. E a tragédia chega num lar bem sucedido: depoimento a Tibério Canuto. **Em Tempo**, [s/d].

<sup>49</sup> TÉRCIO, op. cit., p.189

<sup>50</sup> BRASIL, op. cit., p.154.

<sup>51</sup> ARQUIVO NACIONAL (Org.). **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_ARJ\_ACE\_13761\_86\_001**. Disponível em: <goo.gl/6S7RT3>. Acesso em: 17 jul. 2017.

Instados a se manifestarem, os órgãos militares sempre negaram reiteradamente o paradeiro de Rubens Paiva, tanto em documentos quanto em ofícios.<sup>53</sup>

Impende observar que anos mais tarde diversos documentos probatórios de que o deputado estava sob do controle do Exército foram entregues à sua família.<sup>54</sup>

Nota-se, nesse caso, um dos mais notórios exemplos de desaparecimento forçado, na medida em que oficiais estatais invadiram a casa do ex-deputado e o abduziram, tudo com a anuência estatal para realizar tais atos, além consequente recusa em reconhecer o paradeiro da vítima, de forma a colocá-la fora de proteção legal.

Todavia, o fenômeno não ficou adstrito às ditaduras latino-americanas e, especificamente, brasileira – tema este analisado no próximo capítulo.

## 2.3 REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Os países sul-americanos, entre as décadas de 50 e 80, experimentaram um Estado de Exceção oriundos dos Golpes Civis-Militares. Cronologicamente, os seguintes ditadores assumiram o poder: em 1964, o General Castelo Branco, no Brasil; em 1966, o General Videla, na Argentina; em 1973, tanto o civil Juan María Bordaberry, no Uruguai, quanto o General Augusto Pinochet, no Chile.

Os regimes militares, que tanto vergastaram a democracia, observaram o declínio de poder a partir de 1979, ano em que o Equador voltou às vias democráticas. Em seguida, os Exércitos assistiram a derrocada de seu poder em diversos outros países: em 1983, na Argentina; em 1984, no Uruguai; em 1985, no Brasil; e em 1988 no Chile.

Convém estudar, neste momento do trabalho, o período de redemocratização brasileira e a sua – então – nova Constituição.

### 2.3.1 A redemocratização do Brasil e a Constituição Federal de 1988

---

<sup>52</sup> ARQUIVO NACIONAL (Org.). **SNI: BR\_DFANBSB\_V8\_ARJ\_ACE\_13761\_86\_001**. Disponível em: <goo.gl/UCq26J>. Acesso em: 17 maio 1971.

<sup>53</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. p.563. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

<sup>54</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **00092.001121/2012-39**: Documento intitulado "Turma de recebimento". Rio de Janeiro, 21 jan. 1971. Disponível em: <goo.gl/gn2SFy>. Acesso em: 17 maio 2017.

A redemocratização brasileira teve início em 1979, com alterações na legislação eleitoral, ao reestabelecer o pluripartidarismo.<sup>55</sup> Já em 1984 o país se mobilizou na campanha pelas "Diretas Já", movimento civil reivindicatório de eleições diretas para Presidente da República que culminou na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 05/1983.<sup>56</sup>

Convém salientar que o último Ditador militar, João Batista Figueiredo, promulgou a Lei da Anistia em 1979, concedendo o perdão a todos quantos, entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos a eles, eleitorais ou que tiveram seus direitos políticos cassados.<sup>57</sup>

Segundo o então presidente, era, pois, a volta da democracia ao Brasil "lenta e gradualmente", ainda que permeada de tensões, avanços e retrocessos, naquilo que ficou cunhado como "transição negociada".<sup>58</sup>

A Nova República é a fase política brasileira que encerrou 20 anos de governos militares e que teve início com a eleição indireta de um civil, em 15 de janeiro de 1985. O eleito Tancredo Neves não assumiu devido a problemas de saúde e posterior complicação que o levaram à morte logo após a sua vitória eleitoral. Assim, seu vice, José Sarney foi empossado em 15 de março de 1985.

Durante este primeiro governo, houve o combate à inflação – e diversos planos econômicos, a legalização de partidos de esquerda, o reatamento de relações diplomáticas com Cuba e, principalmente, a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, com a ulterior outorga da Constituição Federal de 1988.

A elaboração da nova Carta Magna Brasileira ilustrou toda a complexidade que cercou o processo de democratização.<sup>59</sup> Convém lembrar que houve intensos

---

<sup>55</sup> BRASIL. Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional n.º 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei n.º 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/EQGtjR>. Acesso em: 23 ago. 2018.

<sup>56</sup> A proposta foi rejeitada na Câmara dos Deputados, com o placar final de 298 deputados a favor; 65 contra; 3 abstenções e 113 ausências ao plenário.

<sup>57</sup> BRASIL. Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/idWTLb>. Acesso em: 23 ago. de 2018.

<sup>58</sup> KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.3-12, out./dez. 2001. Disponível em: <goo.gl/Bsn86s>. Acesso em: 19 maio 2017.

<sup>59</sup> KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.3-12, out./dez. 2001. Disponível em: <goo.gl/Bsn86s>. Acesso em: 19 maio 2017.

debates entre os diversos grupos políticos acerca de questões sociais, econômicas e políticas do Brasil.<sup>60,61</sup>

É de ser verificar que, apesar das acirradas discussões, os direitos individuais e sociais voltaram a serem corifeus no ordenamento jurídico pátrio. O Estado, a partir de agora, não interferiria na autonomia das pessoas, salvo nas hipóteses de auxílio para a construção de meios materiais à afirmação da dignidade de todos.<sup>62</sup>

Costuma-se apontar o artigo 5.º, da Constituição Federal de 1988 um dos maiores avanços promovidos pelo constituinte originário<sup>63,64</sup>, na medida em que garante igualdade perante a lei, na medida de sua desigualdade, se sem distinção de qualquer natureza a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, sendo-lhes assegurados a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, fatos que contrastam com o período político antecedente.

Ainda que a Constituição apelidada de Cidadã tenha garantido uma grande gama de direitos e deveres constitucionais, o desaparecimento forçado remanesce como um problema político e social no Brasil. É o tema de estudo do próximo capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso.

### 2.3.2 Desaparecimento Forçado: um problema atual brasileiro

Não obstante os inegáveis avanços legais para promover o respeito ao cidadão e seus direitos, bem como o acato ao ordenamento jurídico imposto aos órgãos estatais pela Constituição Federal de 1988, pondera-se que a população brasileira remanesce observando lesões aos seus direitos.

Neste sentido, não se pode perder de vista a magnitude da importância do desaparecimento forçado para o Governo. Basta observar que no âmbito institucional, cita-se o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3)<sup>65</sup>, responsável por

---

<sup>60</sup> KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.3-12, out./dez. 2001. Disponível em: <goo.gl/Bsn86s>. Acesso em: 19 maio 2017.

<sup>61</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

<sup>62</sup> MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

<sup>63</sup> SILVA, op. cit.

<sup>64</sup> VILLA, Marco Antonio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Grupo Leya, 2011.

<sup>65</sup> Este programa será pormenorizadamente analisado nos próximos parágrafos deste mesmo capítulo.



conceber a efetivação dos direitos humanos como uma política de Estado, focado no respeito à pessoa humana.<sup>66</sup>

Convém destacar neste momento que o Eixo 4, item 14, IV, A, do referido Programa, uma vez que indica a necessidade de combate às execuções extrajudiciais realizadas por agentes estatais.<sup>67</sup> A fim de demonstrar que é, de fato, um problema contemporâneo, expõe-se um caso notório que poderia ser enquadrados no tipo penal de desaparecimento forçado, que também será abordado em capítulos posteriores.

Trata-se do Caso Amarildo, advindo da Operação Paz Armada, que envolveu 300 policiais da 15.<sup>a</sup> Delegacia de Policial e da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, e que tinha por objetivo cumprir 58 mandados de prisão expedidos pela 35.<sup>a</sup> Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro.<sup>68,69</sup> Convém salientar que a atuação policial se inseriu num contexto de recuperação de territórios comandados por traficantes mediante práticas, a princípio, não violentas.<sup>70</sup>

O Inquérito Policial n.º 015 – 01318/2013 foi instaurado quando um policial militar, numa operação de rotina, encontrou um celular abandonado perto de uma janela. Após apreensão do aparelho, o agente público teria sido recebido um telefonema de um traficante, que o questionou se estaria disposto cooperar com o tráfico de drogas mediante favorecimento financeiro. A tentativa de corrupção foi imediatamente comunicada ao superior hierárquico. Após os devidos trâmites legais, a Polícia Civil se utilizou da ação controlada para desmantelar a estrutura do tráfico local.<sup>71</sup>

Tempo depois, entre os dias 13 e 14 de julho de 2013, o pedreiro Amarildo, morador da favela da Rocinha, na zona Sul do Rio de Janeiro, foi detido por policiais militares da Unidade da Polícia Pacificadora (UPP) e teria sido levado para uma

---

<sup>66</sup> OBSERVATÓRIO DO PNDH-3. **O que é o PNDH-3?** Disponível em: <goo.gl/pKDFui>. Acesso em: 23 ago. 2018.

<sup>67</sup> OBSERVATÓRIO DO PNDH-3. **Eixo 4:** Segurança pública, acesso a justiça e combate a violência. Disponível em: <goo.gl/n35eK2>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<sup>68</sup> GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. "Operação Paz Armada" desarticula tráfico na Rocinha. **Polícia Civil**, 17 jul. 2013. Disponível em: <goo.gl/AjuWUL>. Acesso em: 19 maio 2017.

<sup>69</sup> BRASIL. Divisão de Homicídios do Rio de Janeiro. Inquérito Policial n.º 015-02713/2013. Termos de Declaração. Rio de Janeiro, 18 set. 2013. Disponível em: <goo.gl/VTvvGt>. Acesso em: 19 abr. 2017.

<sup>70</sup> BRASIL. Poder Judiciário. Estado do Rio de Janeiro. 35.<sup>a</sup> Vara Criminal do Rio de Janeiro. Sentença n.º 271912-17.2013.8.19.0001. Rio de Janeiro, 1.º fev. 2016. Disponível em: <goo.gl/obMpac>. Acesso em: 18 maio 2017.

<sup>71</sup> BRASIL. Poder Judiciário. Estado do Rio de Janeiro. 35.<sup>a</sup> Vara Criminal do Rio de Janeiro. Sentença n.º 271912-17.2013.8.19.0001. Rio de Janeiro, 1.º fev. 2016. Disponível em: <goo.gl/obMpac>. Acesso em: 18 maio 2017.

revista e interrogatório, já que suspeitava do conhecimento de Amarildo de onde traficantes armazenavam armas e drogas.

Registra-se que enquanto a Polícia Militar comunicava que Amarildo teria sido interrogado e então liberado por volta das 19h30, o delegado da 15.<sup>a</sup> Delegacia de Polícia, Orlando Zaccone, à época presidente das investigações, era enfático que nenhum indício foi encontrado sobre a saída do pedreiro do prédio da Unidade de Polícia Pacificadora. Destaca-se que estas diferentes teses nortearam as manifestações das defesas e da acusação.

Consignou na Sentença a MM<sup>a</sup> Juíza de Primeiro Grau que o objetivo dessa atuação policial era extrair informações sobre drogas e armas de Amarildo, com a finalidade de melhorar o resultado da Operação Paz Armada, ante o baixo número de apreensões realizadas até então. Ao fim, entendeu a Magistrada que 13 dos 25 policiais militares envolvidos no caso foram os responsáveis pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual.

Não se pode olvidar, nesse sentido, que caso o Brasil já tivesse legislado acerca do desaparecimento forçado nos termos do Estatuto de Roma, poderiam os agentes policiais terem incorrido no crime desaparecimento forçado.<sup>72</sup> Ocorre que durante a ação policial, o pedreiro desapareceu, sem que quaisquer de seus direitos fossem respeitados. É que houve uma efetiva atuação de agentes estatais, com a aquiescência do Estado, bem como a posterior recusa em reconhecer o paradeiro de Amarildo.

Por fim, pode-se citar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), que se trata de um programa federal criado – em sua primeira versão – com fulcro no artigo 84, IV, da CF/88 em 1996 pelo Decreto n.º 1904. Concebe-se, desde então, que os direitos humanos devem ser encarados como uma política de Estado, sempre ao centrar a dignidade da pessoa humana como princípio essencial da consolidação da democracia pátria.<sup>73</sup>

Atualmente, o PNDH encontra-se em sua terceira versão, segundo o Decreto n.º 7.037/2009 e atualizado pelo Decreto n.º 7.177/2010. Com efeito, revela-se à sociedade

---

<sup>72</sup> ASSESSORIA DE IMPRENSA. **Caso Amarildo**: condenados policiais que participaram do crime de tortura. Disponível em: <goo.gl/p9XFSk>. Acesso em: 15 fev. 2016.

como um produto de uma construção democrática e participativa, além de aprovar propostas em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc.<sup>74</sup>

Estruturado em seis eixos orientadores, concentra-se o presente Trabalho na Diretriz 14 – "Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução de letalidade policial e carcerária", do Eixo Orientador IV: "Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência".<sup>75</sup>

No decreto em análise, há objetivos estratégicos, assim como ações programáticas voltadas para o aumento do controle das atividades policiais, como a criação de ouvidorias e publicação de dados acerca de suas ações, bem como a elaboração de procedimentos operacionais padronizados com fundamento no respeito aos Direitos Humanos. Por fim, há o combate à tortura, bem como às execuções extrajudiciais realizadas por agentes estatais.

Esta construção da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e do Ministério da Justiça comprovam que existe, realmente, um problema contemporâneo no Brasil relacionado à atividade dos agentes policiais. Outrossim, isso revela que há, ainda que timidamente, uma tentativa de prevenção e repressão aos crimes correlatos ao desaparecimento forçado.

---

<sup>73</sup> OBSERVATÓRIO DO PNDH-3. **O que é o PNDH-3?** Disponível em: <goo.gl/pKDFui>. Acesso em: 23 ago. 2018.

<sup>74</sup> OBSERVATÓRIO DO PNDH-3. **O que é o PNDH-3?** Disponível em: <goo.gl/pKDFui>. Acesso em: 23 ago. 2018.

<sup>75</sup> BRASIL. Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/RS77zh>. Acesso em: 11 jul. 2017.

### **3 SISTEMA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO INDIVÍDUO CONTRA O DESAPARECIMENTO FORÇADO**

Formalmente, a comunidade internacional busca tutelar o indivíduo contra as arbitrariedades do Estado contra o desaparecimento forçado desde 1978, quando foi adotada a Resolução n.º 33/173, da ONU. Desde então, outros diplomas legais foram criados, como será devidamente abordado neste capítulo.

#### **3.1 NORMATIVA INTERNACIONAL**

Será analisada a Resolução n.º 33/173, a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas, o Estatuto de Roma e a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado neste capítulo.

##### **3.1.1 Resolução n.º 33/173**

Consternada com relatos de desaparecimentos forçados de pessoas decorrentes de excessos de poderes de agentes estatais e de organizações assemelhadas, somado à dificuldade em descobrir o paradeiro das vítimas antes as autoridades competentes, em 20 de dezembro de 1978 a Assembleia Geral da ONU, reuniu os Governos para tomar providências.<sup>76</sup>

Ao final, recomendou a ONU que fossem despendidos recursos e esforços para procurar e encontrar as vítimas de desaparecimento forçado. Nesta seara, recomendou-se investigações e julgamentos rápidos e parciais, bem como cooperação internacional para a devida localização das vítimas.<sup>77</sup>

Salienta-se que a Resolução se embasou nos artigos 3, 4, 5, 9 e 11, todos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que dizem respeito ao direito à vida,

---

<sup>76</sup> UN GENERAL ASSEMBLY. Resolução n.º 33/173, de 20 de dezembro de 1978. 13/173. Disappeared Persons. Disponível em: <[goo.gl/tzwmo6](http://goo.gl/tzwmo6)>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>77</sup> UN GENERAL ASSEMBLY. Resolução n.º 33/173, de 20 de dezembro de 1978. 13/173. Disappeared Persons. Disponível em: <[goo.gl/tzwmo6](http://goo.gl/tzwmo6)>. Acesso em: 30 maio 2017.

à liberdade, à segurança, à vedação da tortura e do emprisionamento, à detenção arbitrária e ao julgamento justo e público.<sup>78</sup>

### 3.1.2 Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado

A Assembleia Geral da ONU, em 18 de Dezembro de 1992, consciente que em diversos países a prática do desaparecimento forçado ainda persistia<sup>79</sup>, proclamou a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

Com norte no respeito à dignidade humana, já no preâmbulo se advoga que prática do desaparecimento forçado agride os valores o Estado de Direito de qualquer sociedade, bem como aos direitos humanos e as liberdades fundamentais. Outrossim, reiterou-se a tutela ao direito à vida, ao direito à liberdade e à segurança da pessoa e ao direito a não ser sujeito à tortura.<sup>80</sup>

Não se pode olvidar de pontuar que a Declaração em comento foi o primeiro documento internacional a identificar o desaparecimento forçado de pessoas como um crime contra a humanidade.<sup>81</sup>

Com efeito, no preâmbulo pode ser lida uma conceituação desta prática, que deverá ser entendida como toda forma de aprisionamento, detenção ou rapto, bem como outras formas de tolhimento da liberdade por forças governamentais ou qualquer outro organização similar, com a seguida negação de qualquer informação acerca do paradeiro e/ou reconhecimento destes atos.

Neste sentido, deve-se dizer que o instrumento internacional incita os Estados a cooperar com as Nações Unidas a fim de tanto prevenir e quanto findar com o desaparecimento forçado, mediante adoção de medidas eficazes no plano legislativo,

---

<sup>78</sup> UN GENERAL ASSEMBLY. Resolução n.º 33/173, de 20 de dezembro de 1978. 13/173. Disappeared Persons. Disponível em: <goo.gl/tzwm06>. Acesso em: 30 maio 2017.

<sup>79</sup> COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM). **Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados**. Disponível em: <goo.gl/TLHYug>. Acesso em: 06 jun. 2017.

<sup>80</sup> COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM). **Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados**. Disponível em: <goo.gl/TLHYug>. Acesso em: 06 jun. 2017.

<sup>81</sup> No preâmbulo desta Declaração, temos que "Considerando que os desaparecimentos forçados atentam contra os mais profundos valores de qualquer sociedade empenhada em respeitar o Estado de Direito, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e que a prática sistemática de tais atos configura um crime contra a Humanidade".

administrativo e judicial. No âmbito legislativo, conclama-se para os Estados que criem um tipo penal para reprimir a eventual realização do tipo conceituado no preâmbulo da Declaração.

O ciclo de proteção da população civil continuará com a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado, alvo de análise do próximo subtítulo deste capítulo.

### 3.1.3 Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas

A comunidade americana, preocupada com a persistência da prática deste crime, por intermédio da Organização dos Estados Americanos (OEA), adotou em 1994 a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas. Trata-se de um instrumento que integra o arcabouço jurídico desta organização.

A República Federativa do Brasil firmou o tratado em Belém, Pará, em 9 de Junho de 1994 e o internalizou em 11 de Maio de 2016, for força da condenação do Estado no Caso Araguaia, julgada pela OEA em 24 de novembro de 2010.<sup>82</sup>

Tem-se por antecedente a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado (Resolução n.º 47/133, de 1992) e que possuía caráter de recomendação. Desta forma, a Convenção Interamericana será o primeiro instrumento jurídico de caráter coagente acerca do desaparecimento forçado de pessoas.

Esta Convenção servirá de molde para a Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, que irá reafirmar os preceitos aqui criados – de forma a revelar a internalização daquilo apregoadado. Outrossim, a Convenção Interamericana também influenciou o Estatuto de Roma, na medida em que este define o desaparecimento forçado de maneira similar em seu artigo 2.º. A análise detida destes dois instrumentos será analisada em tópicos vindouros.

O objetivo da OEA, com a dita convenção, foi obrigar que os Estados signatários não praticassem, tampouco permitissem ou tolerassem o crime em análise; que

---

<sup>82</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Grupo Tortura Nunca Más de Río de Janeiro; Comisión de Familiares de Muertos y Desaparecidos Políticos del Instituto de Estudios de la Violencia del Estado; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL). San Jose, Costa Rica, 24 nov. 2010. § 287. Disponível em: <goo.gl/s9qaw2>. Acesso em: 03 jul. 2017.

houvesse punição judicial dos autores, dos cúmplices e dos encobridores do delito; que cooperassem entre si para prevenir, punir e erradicar o desaparecimento forçado e, por fim, que tomassem medidas legislativas, administrativas, judiciais e/ou quaisquer medidas necessárias para impedir a consecução do ilícito penal.

Tratam-se, enfim, de obrigações impostas ao Estado constantes no artigo 1.º da Convenção Interamericana, a fim de proteger seus cidadãos.

Interessante salientar que os trabalhos preparatórios receberam a participação de organizações que representam as vítimas e seus familiares.<sup>83</sup>

Vistos o esforço destas Convenção Interamericana para tutelar o cidadão, passa-se à análise do Desaparecimento Forçado segundo o Estatuto de Roma.

#### 3.1.4 Estatuto de Roma

Em que pese a votação de 120 votos a favor, 7 contra e 21 abstenções para a adoção do Estatuto de Roma, apenas em 1 de julho de 2002 é que o quorum de 60 países foi atingido para ele produzisse todos os seus efeitos jurídicos.

Em 2013, 122 nações haviam ratificado o Estatuto em comento e dentre os países que não o fizeram estão a República Popular da China e a Rússia. Convém salientar que os EUA, inicialmente, assinaram-no durante a presidência de Bill Clinton, mas na Administração Bush, retiraram-na do instrumento internacional.<sup>84</sup>

A República Federativa do Brasil ratificou o Estatuto de Roma em 20 de junho de 2002, com o Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002, sob a administração de Fernando Henrique Cardoso.

Em relação à organização interna do Estatuto de Roma, existem três órgãos independentes entre si, quais sejam, a Assembleia dos Estados Membros, o Tribunal Penal Internacional e o Fundo para as Vítimas, cada um com responsabilidades e competências bem definidas.

Desta maneira, os Estados-Membros do Estatuto se reúnem em Assembleia para escolha mediante votação dos juízes e dos promotores que atuarão no Tribunal,

---

<sup>83</sup> PERRUSO, Camila Akemi. O Brasil e o desaparecimento forçado de pessoas. **Revista do Curso de Mestrado da Ufc**, Fortaleza, v.30, n.1, p.67, jan. 2010. Disponível em: <goo.gl/fSZLCj>. Acesso em: 06 jun. 2017.

além da aprovação das suas contas. Noutro giro, o Tribunal Penal Internacional, ao seu turno, será responsável pelo exercício da jurisdição, tanto na condução de inquéritos, como no julgamento dos fatos. Por fim, o Fundo das Vítimas fornece assistência, suporte e reparação às vítimas dos crimes tipificados pelo Estatuto de Roma.

As premissas do Tribunal Penal Internacional na Haia, Holanda, contém um centro de detenção, a fim de manter em custódia aqueles investigados e julgados. Frisa-se que não é o local da execução penal, dado que os condenados cumprem a sentença nas penitenciárias dos países-membros.

Da análise detida da anatomia do Estatuto de Roma, depreende-se que é dividido em 13 partes, e 128 artigos, os quais versam sobre a definição do Tribunal Penal Internacional, de suas competências, de sua composição, das partes do processo, dos princípios, das penas aplicáveis, dos procedimentos recursais, da execução da pena, dos princípios do funcionamento da Assembleia dos Estados membros, da organização financeira do Tribunal, da data de entrada em vigor e da revisão de seu estatuto.

Os crimes cuja competência recai sobre o Tribunal são aqueles considerados como os mais graves aos olhos da comunidade internacional, quais sejam, genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressão.<sup>85</sup>

A fim de respeitar o princípio da legalidade e diminuir a persecução internacional penal de forma indiscriminada, o Estatuto optou pela pormenorização das figuras tipificadas<sup>86</sup>, ainda que haja uma confluência com o *common law*, típico do direito insular.<sup>87</sup>

Com efeito, o artigo 6.º, do Estatuto, genocídio deverá ser compreendido como os atos praticados com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Já o artigo 7.º, do mesmo diploma legal, que define os crimes contra a humanidade, serão qualquer ato cometido no quadro de

---

<sup>84</sup> GALBRAITH, Jean. The Bush Administration's Response to the International Criminal Court. **Berkeley Journal of International Law**, v.1, n.3, p.685-686, 2003. Disponível em: <goo.gl/4WVjMu>. Acesso em: 03 abr. 2017.

<sup>85</sup> O Tribunal Penal Internacional não poderá exercer sua jurisdição acerca dos crimes de agressão até que o Estatuto de Roma seja reformado e aceito pelos países signatários.

<sup>86</sup> O art. 22(2), do Estatuto de Roma, explicita que "2. A previsão de um crime será estabelecida de forma precisa e não será permitido o recurso à analogia. Em caso de ambigüidade, será interpretada a favor da pessoa objeto de inquérito, acusada ou condenada."

<sup>87</sup> A influência do *common law* é sobremaneira observada no Direito Penal Internacional na prolação das sentenças, uma vez que existe um respeito aos precedentes do Tribunal.



um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil. Ainda, os crimes de guerra estão tipificados como os atos cometidos como parte integrante de um plano ou de uma política ou como parte de uma prática em larga escala desse tipo de crimes no artigo 8.º, do Estatuto. Por fim, o artigo 8.º-bis trata do crime de agressão, enunciado como quando uma ou mais pessoas, estando em condições de controlar ou dirigir efetivamente a ação política ou militar do Estado, planejam, preparam, iniciam ou praticam ato de agressão, que, por suas características, violam manifestamente a Carta das Nações Unidas.

É de ser relevado que o crime de desaparecimento forçado figura como uma das formas de perpetração do crime contra a humanidade, conforme tipificado no art. 7.º, 1, "i" e definido no art. 7.º, 2, "i", do Estatuto de Roma, dispondo, *in verbis*:

1. Para os efeitos do presente Estatuto, entende-se por "crime contra a humanidade", qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque:

i) Desaparecimento forçado de pessoas;

2. Para efeitos do parágrafo 1.º:

i) Por "desaparecimento forçado de pessoas" entende-se a detenção, a prisão ou o seqüestro de pessoas por um Estado ou uma organização política ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo.<sup>88</sup>

Segundo o Estatuto, para a tipificação da conduta, deve haver a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política com a autorização deste, seguido da negação do paradeiro, a fim de impedir o acesso ao amparo das disposições legais. Outrossim, revela-se essencial que a conduta em estudo ocorra dentro do requisito geral do crime contra a humanidade, que é o ataque generalizado ou sistemático contra a população civil.

### 3.1.5 Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado

---

<sup>88</sup> BRASIL. Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <goo.gl/YwPHFJ>. Acesso em: 13 set. 2018.

Após o marco do Estatuto de Roma, destaca-se na sociedade internacional a Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, aprovada pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, no dia 29 de julho de 2006, com a posterior adoção pela resolução A/RES/61/177, em 20 de dezembro, do mesmo ano.

Pelo Decreto n.º 8.767, de 11 de maio de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff promulgou a Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado.

Este instrumento considerou tal o crime de desaparecimento forçado de pessoas como uma agressão de lesa-humanidade, além de entender haver uma obrigação estatal de promover o respeito e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Conforme a dicção do artigo 1.º, § 2.º, da citada Convenção, o desaparecimento forçado não poderá ser justificado juridicamente, na medida em que o sujeito ativo nunca poderá cometê-lo, sob qualquer pretexto, independentemente de guerra e/ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer emergência pública:

#### **Artigo 1**

[...]

2. Nenhuma circunstância excepcional, seja estado de guerra ou ameaça de guerra, instabilidade política interna ou qualquer outra emergência pública, poderá ser invocada como justificativa para o desaparecimento forçado.

A definição do desaparecimento forçado pode ser encontrado no artigo 2.º da Convenção, como:

a prisão, a detenção, o seqüestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei.<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> BRASIL. Decreto n.º 8.767, de 11 de maio de 2016. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007. Disponível em: <goo.gl/qYg7zG>. Acesso em: 05 jul. 2017.

Da análise detida do artigo supratranscrito, o desaparecimento forçado consiste na prisão, detenção, sequestro ou qualquer outra forma de tolhimento da liberdade, sendo especial que agentes estatais ou por pessoas agindo com sua autorização o pratiquem. Por fim, é crucial que ou haja a recusa em admitir que a vítima tenha sofrido o crime ou se negue informar o paradeiro.

Quem praticar o fato num contexto de generalizado ou sistemático desta prática em análise, nos termos do artigo 2.º da Convenção, estará sujeito às sanções cabíveis do direito internacional aplicável, segundo a segunda a dicção do artigo 5.º, do referido instrumento legal.

Convém salientar que enquanto o artigo 24, desta Convenção, classifica a vítima como não só toda pessoa desaparecida, bem como todo indivíduo que tiver sofrido dano como resultado direto de um desaparecimento forçado, diversos artigos da Convenção recomendam as medidas a serem adotadas pelos Estados signatários do instrumento legal internacional.

Com efeito, deverão eles procurar, localizar e libertar as pessoas desaparecidas quando ou o delito for praticado em seu território ou se o perpetrador é nacional daquele Estado, além de promover as necessárias investigações caso o possível criminoso se encontrar no território do Estado, isto é, há uma jurisdição internacional. Houve o cuidado para que o crime não restasse impune.

Outrossim, a Convenção assegura que qualquer cidadão possa denunciar a ocorrência de um desaparecimento forçado perante as autoridades competentes, que deverão investigar tempestiva e imparcialmente a denúncia. Como consequência – e já nos marcos de uma reparação –, a vítima possui o direito à rápida reparação e indenização, sempre de maneira justa e adequada.

Para fins de fiscalização, estabelece-se um organismo composto por dez técnicos eleitos pelos Estados-Parte para um mandato de quatro anos, a fim de supervisionar o cumprimento dos Estados com suas obrigações internacionais.

Além desta supervisão, o organismo deverá receber e atender pedidos realizados de um Estado acerca de violações de outro Estado, e proceder com visitas aos Estados quando houver suspeita de graves violações e, em seguida, apresentar

recomendações e observações. Ulteriormente, apresentará à Assembleia Geral das Nações Unidas relatórios em caso de prática sistemática do desaparecimento forçado.<sup>90</sup>

Visto os tratados internacionais relacionados ao tema, passa-se à análise da jurisprudência das Cortes acerca do desaparecimento forçado.

### 3.2 JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

Estuda-se a Sentença do Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, uma das primeiras decisões em nível americano pela Organização dos Estados Americano (OEA) a determinar a adoção de medidas energéticas, especialmente reparações, por atos cometidos durante a inexistência de Democracia no continente durante a partir da década de 1960.

Ainda que os crimes tenham sido cometidos durante a década de 1970, a Sentença do caso em tela foi proferida em 24 de novembro de 2010 e implicou nas medidas a seguir vistas pelo Brasil.

#### 3.2.1 Sentença do Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil

A demanda contra o Brasil advém da responsabilidade do Estado brasileiro pela

detenção arbitrária, tortura e desaparecimento forçado de 70 pessoas, entre membros do Partido Comunista do Brasil [...] e camponeses da região, [...] resultado de operações do Exército brasileiro empreendidas entre 1972 e 1975, com o objetivo de erradicar a Guerrilha do Araguaia, no contexto da ditadura militar do Brasil (1964-1985).<sup>91</sup>

O caso foi apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos pois o Estado brasileiro não efetivou qualquer tipo de investigação penal, com a finalidade de julgar a responsabilidade dos perpetradores do crime de desaparecimento forçado de guerrilheiros no Araguaia, durante a década de 1970. A resposta oficial

---

<sup>90</sup> HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Enforced or Involuntary Disappearances. **Fact Sheet**, Genebra, n.6, Rev.3, 2009. Disponível em: <goo.gl/3zar4j>. Acesso em: 05 jul. 2017.

<sup>91</sup> CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Grupo Tortura Nunca Más de Río de Janeiro; Comisión de Familiares de Muertos y Desaparecidos Políticos del Instituto de Estudios de la Violencia del Estado; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL). San Jose, Costa Rica, 24 nov. 2010. § 287. Disponível em: <goo.gl/s9qaw2>. Acesso em: 03 jul. 2017.

do Governo Brasileiro é que, por força da Lei n.º 6.683/79, também conhecida como Lei da Anistia e devido à sua natureza de ser ampla, geral e irrestrita, não foi possível investigar os crimes.

Convém destacar que não só se desconhece o paradeiro dos guerrilheiros, como também restou impossibilitado que familiares tivessem qualquer informação acerca das vítimas.

Com efeito, ante a inatividade do Estado brasileiro quanto à tomada de medidas judiciais e de reparação, foi imposta a condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O § 109 da sentença obriga o Brasil a criar um tipo penal autônomo no ordenamento jurídico interno que possibilite a investigação e o julgamento, a fim de prevenir futuros casos semelhantes. Da mesma forma, é dever do Estado que facilite a apuração dos fatos, sem quaisquer tipos de obstáculos jurídicos ou fáticos.

Ademais, a fim de prevenir e reprimir futuros desaparecimentos forçados, a Corte instou – no § 287 da decisão – o Poder Legislativo Brasileiro a seguir com a tramitação de dois projetos de lei, quais sejam, o PL n.º 4.038/2008 e o PL n.º 301/2007, que buscam tipificar o desaparecimento forçado como crime contra a humanidade.

Vista a sentença internacional, agora se analisa o Tribunal Penal Internacional, primeira instituição permanente para o julgamento de violações aos crimes previstos no Estatuto de Roma.

### 3.3 O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

O presente capítulo disserta sobre o Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional, fundamentais para o entendimento do conceito de desaparecimento forçado de pessoas.

#### 3.3.1 A gênese do Tribunal Penal Internacional

Seria um marco um marco do desenvolvimento do Direito Internacional Penal a criação de um tribunal internacional penal, com efetiva jurisdição mundial.<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> CRYER, Robert; FRIMAN, Hakan; ROBINSON, Darryl; WILMSHURST, Elizabeth. **An Introduction to International Criminal Law and Procedure**. 6.ed. Londres: Cambridge University Press, 2012. p.144.

Ao criá-lo, o Estatuto não só estabeleceu uma nova instituição judicial para investigar crimes e julgar perpetradores de determinados crimes, como também criou um ordenamento positivado para agasalhar a matéria.

Ainda que os Julgamentos de Nuremberg e de Tóquio, no final década de 1940, tenham sido experiências bem-sucedidas no sentido de julgar militares e civis envolvidos em crimes durante a Segunda Guerra Mundial de maneira justa, não houve nenhum sucessor imediato. Assim, apenas em 1948, à época da redação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio é que houve negociação para instauração de um Tribunal.<sup>93</sup>

Todavia, as conversas não o criaram de imediato, na medida em que a Convenção apenas concordou em criar tal instituição num futuro próximo.<sup>94</sup>

Apenas em 1950 é que a Assembleia Geral das Nações Unidas esboçou um Estatuto para a criação de uma jurisdição internacional, ao formular um documento definitivo. Contudo, novamente remanesceu adiada a aplicação até o fim das negociações acerca da definição do crime de agressão e a posterior finalização do Código de Ofensas.<sup>95</sup>

Após a estagnação da ideia devido às diferenças ideológicas da Guerra Fria e da ideia que um tribunal penal com jurisdição internacional fosse propaganda política<sup>96</sup>, apenas em 1989 é que a comunidade de Nações tiveram suas ambições materializadas.

Ainda que o Tribunal tenha sido uma proposição de Trinidad e Tobago para a perseguição de traficantes de drogas em nível internacional, logo o projeto tomou novos rumos, que culminou no Estatuto de Roma e no Tribunal Penal Internacional, com sede na Haia.

Com efeito, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas delegou à Comissão de Direito Internacional a função de redigir o estatuto, a qual apresentou um

---

<sup>93</sup> GA RES 260(III) B this study was to be undertaken by the ILC in parallel with its drafting of the substantive rules of international criminal law.

<sup>94</sup> CRYER, Robert; FRIMAN, Hakan; ROBINSON, Darryl; WILMSHURST, Elizabeth. **An Introduction to International Criminal Law and Procedure**. 6.ed. Londres: Cambridge University Press, 2012. p.144.

<sup>95</sup> GENERAL ASSEMBLY RES 898 (IX). **Official Document System of the United Nations**. Disponível em: <goo.gl/tZUzGr>. Acesso em: 29 mar. 2017.

<sup>96</sup> CRYER et al., op. cit., p.144.

esboço do texto final do Estatuto de Roma em 1994.<sup>97</sup> Os trabalhos culminaram na Conferência de Roma e a posterior adoção do Estatuto de Roma, ambos em 1998.

Atualmente, além da sede permanente na Haia, Holanda, o Tribunal Penal Internacional possui escritórios nos locais em que há casos sob investigação, a saber Costa do Marfim, República Central Africana, Quênia, Uganda e República Democrática do Congo. Cita-se, igualmente, a sede em Nova Iorque, Estados Unidos da América, local o qual se busca desenvolver matérias competentes ao próprio Tribunal junto à Organização das Nações Unidas.

Estudada a gênese do Tribunal Penal Internacional, convém analisar o princípio da complementariedade, a fim de compreender quando a jurisdição deste Tribunal pode ser acionada para a resolução de violações ao Estatuto de Roma.

### 3.3.2 O princípio da complementariedade, ou o Tribunal Penal Internacional como "cão-de-guarda"

O entendimento do Tribunal Penal Internacional como *ultima ratio* do sistema foi definida antes mesmo da Conferência de Roma.<sup>98</sup> Impende observar que os negociadores do Estatuto tinham em mente a clara relação de complementariedade entre o Tribunal Internacional e os Tribunais nacionais.

Desta forma, o preâmbulo do Estatuto de Roma, assim como nos artigos 1.º, 10, 17, 18 e 19 do referido conjunto normativo apontam para o princípio da complementariedade.

Com efeito, a jurisdição do Tribunal com sede na Holanda não poderá ser aplicada quando um tribunal nacional declara sua competência para julgar a(s) pessoa(s) pelo mesmo crime e está sob a lei nacional que o Estado tem jurisdição. Da mesma forma, se o caso está sendo investigado ou processado pelas autoridades competentes ou, ainda, estas autoridades decidiram, conforme disposição legal, não processar a pessoa, o Tribunal Penal Internacional não poderá exercer sua competência.

Outro desdobramento do princípio em comento é que ao Tribunal Penal Internacional resta vedado o processamento e o julgamento de pessoa já ter sido

---

<sup>97</sup> Report of the international law commission on the work of its forty sixth session, UNGAOR 49th session supply n 10, a/49/10.

condenada por outro tribunal nacional pela mesma conduta, desde que observados os requisitos de justiça estabelecidos pelo artigo 20(3), do Estatuto de Roma.

Não se pode perder de vista, contudo, que o Tribunal internacional está autorizado a atuar em um determinado caso, independentemente da jurisdição nacional, quando o Estado é incapaz ou não deseja genuinamente terminar a investigação ou julgamento. Igualmente, haverá a jurisdição internacional quando a decisão de não julgar a pessoa derivou da falta de vontade ou inabilidade genuína daquele país.

Convém examinar quando há, de fato, o interesse ou não de agir do Estado, assunto pautado pelo artigo 17(2), do Estatuto de Roma, existem três critérios.

Pela análise detida do artigo 17(2)(a) temos que haverá a configuração da falta de vontade de agir quando busca-se proteger o acusado da responsabilidade penal dos crimes cometidos sob jurisdição do TPI. O segundo critério será observado, com fulcro no artigo 17(2)(b), quando houver uma demorada injustificada no processo para fazer com que a pessoa responda pelos crimes cometidos. Por fim, o artigo 17(2)(c) aponta que haverá a falta de interesse de agir quando o processo não tiver sido conduzido de forma independente ou imparcial, de tal forma que evite a responsabilização penal do suposto perpetrador.

Adiante, um Estado será considerado incapaz de atuar quando houver um colapso total de seu sistema judiciário e, por isso, não consegue deter o acusado ou mantê-lo sob custódia; quando não consegue colher as evidências necessárias com a finalidade de criar provas; ou quando não consegue conduzir os procedimentos criminais necessários para a responsabilização do indivíduo.

Pelo fato do Tribunal Penal Internacional atuar – apenas – ante a inabilidade ou incompetência dos Estados, ele recebeu a alcunha de "cão de guarda"<sup>99</sup>. Ou seja, o Tribunal observa se os tribunais nacionais estão aplicam corretamente o regramento penal referente aos crimes em que o próprio Tribunal é competente. Assim, ele incentiva e instiga os Estados a investigar e processar determinado sujeito de direito, caso desejem evitar a jurisdição internacional penal.

---

<sup>98</sup> OLÁSOLO, Héctor. **The Triggering Procedure of the International Criminal Court**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005. p.147.

<sup>99</sup> OLÁSOLO, Héctor. **The Triggering Procedure of the International Criminal Court**. Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005. p.169.



## 4 SISTEMA DE PROTEÇÃO NACIONAL DO INDIVÍDUO CONTRA O DESAPARECIMENTO FORÇADO

O quarto capítulo desta monografia busca analisar como e se os sistemas jurídicos do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile ou buscaram tutelar adequar suas legislações nacionais após a edição de Convenções e Tratados Internacionais ou já editaram e promulgaram as respectivas leis.

### 4.1 BRASIL

Neste capítulo, analisar-se-á a obrigação jurídica do Brasil em adequar suas leis aos Tratados Internacionais, mais especificamente ao Estatuto de Roma – ratificado em 20 de junho de 2002. Em um segundo momento, será estudado a diferença do desaparecimento forçado para o sequestro e o cárcere privado. Finalmente, far-se-ão análises do Projeto de Lei n.º 245, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que incluiria o artigo 149-A, no CP, a fim de tipificar o desaparecimento forçado e do Projeto de Lei n.º 301, de 2007, de autoria de Dr. Rosinha, o qual definiria condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, além de estabelecer normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional.

#### 4.1.1 Obrigação jurídica de adequação aos Tratados Internacionais

O Tratado Internacional é definido por parte da doutrina como como "todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos".<sup>100</sup> Na mesma toada, também é definido como "ato jurídico por meio do qual se manifesta o acordo de vontades entre dois ou mais sujeitos de direito internacional".<sup>101</sup> Observa-se, então, que o Tratado Internacional revela-se como uma congruência das vontades de, no mínimo, dois sujeitos de Direito Internacional.

---

<sup>100</sup> REZEK, Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p 65.

<sup>101</sup> ACCIOLY, Hidelbrando. **Direito internacional**: manual de direito internacional público. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.299.

O sujeito de Direito Internacional será o responsável pela conclusão do tratado, o qual deverá ser compreendido como a entidade jurídica que goza de direitos e deveres no plano internacional, com plena capacidade para exercê-los.

Enquanto no Direito Internacional clássico o sujeito por excelência é o Estado, as Convenções de Viena sobre direito dos tratados de 1969 e de 1986 incluíram as Organizações Internacionais<sup>102</sup> neste rol.

Convém pontuar que para que o tratado adquira o status de válido ante a comunidade internacional, imperioso que as partes tenham capacidade para celebrá-lo, que os representantes estatais estejam habilitados para assiná-lo, que haja consentimento mútuo entre os assinantes e que o objeto do tratado seja lícito e possível.<sup>103</sup>

Nestes breves apontamentos sobre o Direito dos Tratados, salienta-se que os princípios do Direito Internacional retirados da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 são importantes para a compreensão da matéria.

Com efeito, o primeiro princípio a ser citado é a *pacta sunt servanda* insculpido no artigo 26, da Convenção de Viena, de 1969, que em latim significa que "os pactos devem ser respeitados" ou mesmo "os acordos devem ser cumpridos".

Cumprir observar que a primazia do Direito Internacional sobre o Direito Interno revela-se plasmado no artigo 27, da referida Convenção de Viena. Nesse sentido, deve-se dizer que o direito interno de uma nação não pode ser o fundamento para descumprir o comando legal internacional.

No quesito temporal, não se pode olvidar que os efeitos do tratado serão *ex nunc*, isto é, não será possível cogitar a retroatividade de um tratado internacional, com fulcro no artigo 28, do referido regramento internacional.

Quanto à aplicação territorial do regramento dos tratados, o artigo 29 declara que o território em sua integralidade de um país estará submetido ao tratado, salvo se houver uma intenção oposta pelo próprio Estado-signatário.

Finalmente, deve ser verificado o princípio *res inter alios acta allis nec prodest nec nocet*, ou seja, o tratado entre duas partes não cria nem obrigações nem

---

<sup>102</sup> REZEK, Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p.73.

<sup>103</sup> ACCIOLY, Hidelbrando. **Direito internacional**: manual de direito internacional público. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.305.

deveres sem o consentimento e sem a aceitação por um terceiro sujeito de Direito Internacional, por força do artigo 34, do citado tratado.

No caso brasileiro, após a ratificação de Tratados, conforme o rito previsto na Constituição Federal de 1988, passam eles a integrar a ordem jurídica nacional, de tal forma que podem ser invocados para embasar tutelas judiciais em âmbito nacional, além de obrigarem o Poder Público a implementá-los nas suas políticas públicas.

Não se pode perder de vista que é dentro deste contexto que se insere o Estatuto de Roma Penal, que foi ratificado pelo Brasil, pelo Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002, fato que tornou o tratado incorporado à ordem jurídica nacional.

Sob este prisma, convém ressaltar que a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 foi promulgado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 14 de dezembro de 2009, pelo Decreto n.º 7.030, de 14 de dezembro de 2009, com reserva apenas aos artigos 25 e 66<sup>104</sup>, razão pela qual há a imposição internacional em adotar o Estatuto de Roma, num primeiro momento argumentativo.

Adiante, mister se faz ressaltar, que antes das rodadas de negociação do Estatuto de Roma, o Brasil participava nas Comissões Preparatórias para Estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional – PrepCom.<sup>105</sup> É de ser relevado que a delegação brasileira não apenas participou dessas conferências, como também aprovou, como membro provisório do Conselho de Segurança da ONU, a instauração de Tribunais *ad hoc* para a ex-Iugoslávia<sup>106</sup>, em 1993, e para Ruanda, em 1994<sup>107</sup>.

Nesta esteira, deve ser pontuado que dispõe o artigo 7.º, dos Atos das Disposições Transitórias, da Constituição de 1988, defende a criação de um tribunal internacional dos direitos humanos.<sup>108</sup>

Por fim, cumpre obtemperar que o art. 5.º, § 4.º, da Constituição Federal, acrescentado pela Emenda Constitucional n.º 45/2004, submeteu a República brasileira explicitamente à jurisdição do Tribunal Penal Internacional.

<sup>104</sup> Enquanto o artigo 25 desta Convenção dispõe acerca de sua aplicação provisória, o artigo 66 versa sobre o Processo de solução Judicial, de Arbitragem e Conciliação.

<sup>105</sup> COALITION FOR THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Preparatory Commission**. Disponível em: <goo.gl/Dw8kv7>. Acesso em: 07 set. 2015.

<sup>106</sup> UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 827 (1993). Disponível em: <goo.gl/bSXvKm>. Acesso em: 10 set. 2015.

<sup>107</sup> UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 955 Establishing the International Tribunal for Rwanda (with Annexed Statute), S.C. res. 955, 49 U.N. SCOR at \_\_, U.N. Doc. S/RES/955 (1994). Disponível em: <goo.gl/TzwXHn>. Acesso em: 10 set. 2015.

<sup>108</sup> "Art. 7.º O Brasil propugnará pela formação de um tribunal internacional dos direitos humanos".

Vista a obrigação internacional e nacional imposta ao Brasil quanto à aplicação tanto do Estatuto de Roma quanto do Tribunal Penal Internacional, o presente estudo irá analisar se o Poder Legislativo pátrio já tinha criado o tipo penal do desaparecimento forçado e, caso negativo, se existem propostas para incluí-lo no Código Penal.

#### 4.1.2 Diferenças para outros tipos penais nacionais

Como será exposto ao longo deste capítulo, registra-se de plano que inexistente o tipo penal desaparecimento forçado de pessoas no ordenamento jurídico pátrio nos moldes estabelecidos pelo Estatuto de Roma, ainda que existam projetos de lei que pretendam criminalizar a conduta. No entanto, optou o legislador por tipificar crimes correlatos, os quais não expressam a prática reprimida no âmbito internacional.

##### 4.1.2.1 Diferença entre o desaparecimento forçado e o sequestro e o cárcere privado

O legislador pátrio optou por criminalizar o sequestro e cárcere privado, uma figura de *crimen vis* do Direito Romano, época em que se considerava como uma usurpação do poder de encarceramento.<sup>109</sup> Nos códigos brasileiros, restou positivado no art. 148, do Código Penal, sob inspiração do Código Penal Português de 1852<sup>110</sup>, da seguinte forma:

#### **Seqüestro e cárcere privado**

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: (Vide Lei n.º 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1.º A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei n.º 11.106, de 2005)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV - se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei n.º 11.106, de 2005)

V - se o crime é praticado com fins libidinosos. (Incluído pela Lei n.º 11.106, de 2005)

<sup>109</sup> BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte especial - artigos 121 a 234-C do Código Penal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. p.310.

<sup>110</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2. p.430.

§ 2.º Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:  
Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Com efeito, a doutrina entende que o bem jurídico tutelado é a liberdade individual,

especialmente a liberdade de locomoção, isto é, a liberdade de movimento, do direito de ir, vir e ficar: a liberdade de escolher o local em que deseja permanecer. Não deixa de ser, em sentido amplo, uma espécie de constrangimento ilegal, apenas diferenciado pela especialidade.<sup>111</sup>

Desta forma, busca-se punir a conduta de quem, de qualquer forma, atenta contra a liberdade de ambulatória de modo absoluto,

mesmo aquele que se encontra legalmente detido pode ser vítima do crime em questão, quando lhe é imposto um regime de restrição à liberdade mais rígido do que aquele determinado pela lei de execuções penais.<sup>112</sup>

É um bem jurídico disponível, tendo o consentimento da vítima como o pivô para a tipificação ou não do crime.<sup>113</sup> Nota-se uma diferença para o desaparecimento forçado, que pertence ao enquadramento dos Crimes Contra a Humanidade quando perpetrados a partir de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil.

Segundo o artigo 148, deste conjunto normativo, a forma de realização do crime é variável. Isto é, pouca importa o método o qual o sujeito ativo utilizou para restringir a liberdade do sujeito passivo. Além disso, para a concretização do crime, não é necessário que a fuga seja completamente impossível. A mera imposição de obstáculos configurará o preceito primário.<sup>114</sup>

A figura delitiva em questão é identificada como um crime comum, de sorte que o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa.<sup>115</sup> Ressalva a doutrina que, caso um

---

<sup>111</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2. p.430.

<sup>112</sup> BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte especial - artigos 121 a 234-C do Código Penal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. p.312.

<sup>113</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1. p.430.

<sup>114</sup> BUSATO, op. cit., p.314.

<sup>115</sup> Ibid., p.431.

funcionário público o cometa, o crime de abuso de autoridade poderá ser tipificado, nos termos do artigo 4.º, alínea a, da Lei n.º 4.898/65.<sup>116</sup>

Assim, constata-se que o desaparecimento forçado não se confunde com o de cárcere privado ou sequestro, tal qual tipificado pelo Código Penal Brasileiro.

O crime de desaparecimento forçado diferencia-se do tipos penais brasileiros na medida em que aquele é marcado pela ação de agentes do Estado ou organização política com a autorização dele, a partir de uma política de ataque generalizado ou sistemático contra a população civil. Igualmente, mecanismos jurídicos como o *Habeas Corpus* restam impedidos, além de que os perpetradores logram em se manter no anonimato diante da negação dos agentes estatais da participação no crime.<sup>117</sup>

Posto de maneira diversa, o tipo penal do cárcere privado e sequestro se diferencia do desaparecimento forçado devido aos diferentes fins de agir. Ora, este busca impedir o exercício dos recursos legais e das garantias processuais pertinentes. Adiante, o crime internacional classifica-se como crime próprio, pois exige uma especial qualidade do agente ativo, ao contrário do crime pátrio. Em um terceiro momento, o tipo sequestro e cárcere privado é unissubjetivo, dado que necessita apenas de um sujeito para realizá-lo, enquanto que o desaparecimento forçado, de concurso necessário. Por fim, o Código Penal tutela a liberdade pessoal, enquanto que o Estatuto de Roma tutela a integridade física, a liberdade, o direito de não ser torturado e aos maus tratos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, bem como o bom funcionamento da administração da justiça.<sup>118</sup>

O Código Penal Brasileiro, portanto, não adotou a definição de desaparecimento forçado nos estritos termos propostos pelo Estatuto de Roma, na medida em que os crimes de sequestro e cárcere privado irão punir o agente por não permitir que a vítima goze de sua liberdade.

Para configurar o delito de desaparecimento forçado segundo o Estatuto de Roma, além da aquiescência estatal, o agente deve negar qualquer informação sobre o

---

<sup>116</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1. p.431.

<sup>117</sup> CONDE, Julio Cesar M. **El delito de la desaparición forzada de personas como mecanismo de protección de los derechos humanos**. p.2-3. Disponível em: <goo.gl/MY4iRJ>. Acesso em: 07 ago. 2015.

<sup>118</sup> ALFLEN, Pablo Rodrigo. Crime de desaparecimento forçado de pessoas e o direito penal brasileiro. In: AMBOS, Kai; BÖHM, María Laura; ALFLEN, Pablo Rodrigo. **Crime de desaparecimento forçado de pessoas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p.13-49.

paradeiro da vítima, bem como negar o conhecimento deste desaparecimento. Por esse motivo, remove-se a vítima por um longo tempo da proteção garantida pelo Direito à pessoa detida (como o direito de ter sua prisão informada a um juiz, de ter assistência da família e de advogado, de não ter sua integridade física e psicológica violada, de não sofrer tortura, *inter alia*).

#### 4.1.2.2 Diferença entre o desaparecimento forçado e a lesão corporal

Incluído no rol dos tipos penais que tutelam a integridade física e a saúde do indivíduo independente. Delimita-se desta maneira pois o Código Penal, *a priori*, não visa punir as lesões corporais contra o indivíduo em formação, ou sejam a integridade do feto.<sup>119</sup> Outra parte da doutrina explica que apenas o ser humano vivo, isto é, impossível lesionar corporalmente pessoas jurídicas, animais, coisas e/ou coisas inanimadas. Da mesma forma, quem agride um cadáver pode vir a cometer outros tipos penais.<sup>120</sup>

Salienta-se que a abrangência da integridade física é ampla, de forma a incluir qualquer tipo de dano anatômico e fisiológico. Ademais, quanto à saúde, a doutrina e a jurisprudência ampliam mais ainda o conceito, de tal maneira que até mesmo os danos psicológicos e/ou perturbações mentais recaem no tipo penal.<sup>121</sup>

#### **Lesão corporal**

Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de três meses a um ano.

Lesão corporal de natureza grave

§ 1.º Se resulta:

I - Incapacidade para as ocupações habituais, por mais de trinta dias;

II - perigo de vida;

III - debilidade permanente de membro, sentido ou função;

IV - aceleração de parto:

Pena - reclusão, de um a cinco anos.

§ 2.º Se resulta:

I - Incapacidade permanente para o trabalho;

II - enfermidade incurável;

III perda ou inutilização do membro, sentido ou função;

IV - deformidade permanente;

V - aborto:

<sup>119</sup> BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte especial - artigos 121 a 234-C do Código Penal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. p.118.

<sup>120</sup> GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: parte especial: artigos 121 a 154-B do Código Penal. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. v.2. p.263.

<sup>121</sup> BUSATO, op. cit., p.118.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

Lesão corporal seguida de morte

§ 3.º Se resulta morte e as circunstâncias evidenciam que o agente não quis o resultado, nem assumiu o risco de produzi-lo:

Pena - reclusão, de quatro a doze anos.

Diminuição de pena

§ 4.º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Substituição da pena

§ 5.º O juiz, não sendo graves as lesões, pode ainda substituir a pena de detenção pela de multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis:

I - se ocorre qualquer das hipóteses do parágrafo anterior;

II - se as lesões são recíprocas.

Lesão corporal culposa

§ 6.º Se a lesão é culposa: (Vide Lei n.º 4.611, de 1965)

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Aumento de pena

§ 7.º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se ocorrer qualquer das hipóteses dos §§ 4º e 6º do art. 121 deste Código. (Redação dada pela Lei n.º 12.720, de 2012)

§ 8.º Aplica-se à lesão culposa o disposto no § 5.º do art. 121. (Redação dada pela Lei n.º 8.069, de 1990)

**Violência Doméstica** (Incluído pela Lei n.º 10.886, de 2004)

§ 9.º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade: (Redação dada pela Lei n.º 11.340, de 2006)

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Redação dada pela Lei n.º 11.340, de 2006)

§ 10. Nos casos previstos nos §§ 1.º a 3.º deste artigo, se as circunstâncias são as indicadas no § 9.º deste artigo, aumenta-se a pena em 1/3 (um terço). (Incluído pela Lei n.º 10.886, de 2004)

§ 11. Na hipótese do § 9.º deste artigo, a pena será aumentada de um terço se o crime for cometido contra pessoa portadora de deficiência. (Incluído pela Lei n.º 11.340, de 2006)

§ 12. Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços. (Incluído pela Lei n.º 13.142, de 2015).

Da análise detida do Código Penal, percebe-se que a lesão corporal pode ocorrer por meio de seis modalidades distintas, a saber: leve (art. 129, *caput*), grave (art. 129, § 1.º), gravíssima (art. 129, § 2.º), seguida de morte (art. 129, § 3.º), culposa (art. 129, § 6.º) e aquela proveniente violência doméstica (art. 129, § 9.º).

Trata-se de um crime comum quanto aos sujeitos ativo e passivo, com exceção das hipóteses previstas no inciso IV do § 1.º, no inciso V do § 2.º, bem



como no § 9.º. Além disso, foi classificado como um crime material, de forma livre, comissivo, omissivo impróprio, instantâneo, unissubjetivo de dano.<sup>122</sup>

Como exposto no subtítulo anterior, o crime de desaparecimento forçado é classificado pela doutrina como crime próprio. Ora, revela-se fundamental uma especial qualidade do sujeito ativo do delito, qual seja, agentes estatais ou pessoas ou grupos de pessoas que atuam com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, assim como organizações políticas subversivas em confronto com o Estado, paramilitares ou guerrilheiras. No crime de lesão corporal, qualquer pessoa poderá cometê-lo.

Convém salientar que o crime tipificado no ordenamento jurídico pátrio tutela a integridade física e a saúde do indivíduo independente, ao passo que o delito internacional busca proteger a integridade física, a liberdade, o direito de não ser torturado e aos maus tratos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes, bem como o bom funcionamento da administração da justiça.

Não se pode olvidar, nesta toada, que da mesma forma que o cárcere privado e o sequestro, a lesão corporal é um crime unissubjetivo, ao passo que o desaparecimento forçado, de concurso necessário, dado que requer a participação de várias pessoas.<sup>123</sup>

A monografia prestará, nos próximos capítulos, ao estudo dos projetos de lei apresentados pelo Congresso Nacional.

#### 4.1.3 Os Projetos de Lei no Brasil

Os legisladores brasileiros buscaram adequar a legislação interna ao Estatuto de Roma pelos Projetos de Lei n.º 301, de 2007, de autoria do então Deputado Federal Dr. Rosinha, pelo Projeto de Lei n.º 245, de 2011, de autoria do então Senador Vidal do Rêgo, e pelo Projeto de Lei n.º 236, de 2012, de autoria do então Senador José Sarney.

---

<sup>122</sup> GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: parte especial: artigos 121 a 154-B do Código Penal. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. v.2. p.265.

<sup>123</sup> ALFLEN, Pablo Rodrigo. Crime de desaparecimento forçado de pessoas e o direito penal brasileiro. In: AMBOS, Kai; BÖHM, María Laura; ALFLEN, Pablo Rodrigo. **Crime de desaparecimento forçado de pessoas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p.13-49.

#### 4.1.3.1 Projeto de Lei n.º 301, de 2007

A primeira proposição para adequar a legislação brasileira ao Estatuto de Roma foi em 2007, ocorreu com o Projeto de Lei n.º 301, de autoria do então Deputado Federal Dr. Rosinha. Assim, buscou-se definir:

condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências.

Já em seu artigo 1.º, o referido Projeto legislativo busca definir o que configura violação do direito internacional humanitário, bem como infrações conexas e as diretrizes para que o Estado brasileiro coopere judicialmente com o Tribunal Penal Internacional.

Conforme a dicção legal do artigo 2.º, definir-se-á quando resta configurado um conflito armado de caráter internacional:

- I - Ocorre entre Estados, mesmo sem uma declaração formal de guerra, ainda que o estado de guerra não seja reconhecido por um deles;
- II - Corresponde a uma situação de ocupação total ou parcial do território de um Estado, mesmo que essa ocupação não encontre qualquer resistência militar;
- III - Está inserido numa situação em que os povos lutam contra a dominação ou ocupação estrangeira e no exercício do direito à autodeterminação e soberania consagrado na Carta das Nações Unidas e na Constituição da República Federativa do Brasil.

Convém pontuar que o legislador pátrio optou por aplicar subsidiariamente os Códigos Penal e Processual Penal brasileiros, em detrimento do próprio Estatuto de Roma, conforme preconiza o artigo 4.º, do referido projeto.

A previsão legal do artigo 5.º buscou estabelecer as competências territorial e funcional dos crimes de genocídio, contra a humanidade e dos crimes de guerra. Assim, a lei restará aplicada quando as ações ocorrem em território nacional ou, embora cometidos em país estrangeiro, o agente seja brasileiro ou, sendo de outra nacionalidade ou apátrida, ingresse em território sob jurisdição brasileira e não possa ser extraditado ou ainda que tenha sido decidido pela sua não entrega ao Tribunal Penal Internacional.

Os crimes contra a humanidade estão tipificados no artigo 11 e são aqueles praticados dentro de um quadro de ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, em consonância ao Estatuto de Roma. Dentre os tipos penais, o desaparecimento forçado encontra-se descrito no item "I":

I) desaparecimento forçado de pessoas, entendido como a detenção, a prisão ou o seqüestro promovido por um Estado ou organização política, ou com a sua autorização, apoio ou concordância, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um longo período de tempo;  
Pena: reclusão de 8 (oito) a 30 (trinta) anos.<sup>124</sup>

Interessante observar que a tipificação é igual àquela preconizada pelo Estatuto de Roma no seu artigo 7.º(1)(i) e a definição consoante no artigo 7.º(2)(i).

A pena será alta em comparação aos tipos penais existentes no Código Penal: de 08 (oito) a 30 (trinta) anos, de forma a ser superior ao do homicídio (seis a vinte anos), da lesão corporal seguida de morte (quatro a doze anos) e do sequestro e do cárcere privado, na sua modalidade mais gravosa (dois a oito anos).

Não se pode olvidar que o Projeto de Lei inclui um aumento especial da pena, no parágrafo único do artigo 11, que será aplicada quando o crime for cometido por autoridade ou agente público ou mediante o concurso de pessoas.

Parágrafo único. Para os efeitos desse título, aumenta-se a pena de um a dois terços, quando:  
a) o crime for cometido por autoridade ou agente público;  
b) o crime for cometido mediante concurso de pessoas;

Passa-se, agora, à análise do Projeto de Lei n.º 245, de 2011, de autoria do então Senador Vidal do Rêgo, antes do estudo da proposição do ex-Senador José Sarney, terceiro a propor um projeto de lei a respeito do assunto.

---

<sup>124</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 301/2007. Define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/Bc6Peb>. Acesso em: 02 ago. 2017.

#### 4.1.3.2 Projeto de Lei n.º 245, de 2011

De autoria do ex-Senador Vidal do Rêgo, o Projeto de Lei do Senado n.º 245, de 2011, pretendia inserir no artigo 149-A a figura típica do crime de desaparecimento forçado de pessoa.

A proposta foi aclamada pelos senadores, na medida em que adequa a legislação brasileira a decisões do Corte Interamericana de Direitos Humanos, à Convenção Interamericana sobre Desaparecimentos Forçados e ao Estatuto de Roma.

Com efeito, objetivou o então senador senador tipificar a conduta de

Apreender, deter, sequestrar, arrebatado, manter em cárcere privado ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade, na condição de agente do Estado, de suas instituições ou de grupo armado ou paramilitar, ocultando ou negando a privação de liberdade ou deixando de prestar informação sobre a condição, sorte ou paradeiro da pessoa a quem deva ser informado ou tenha o direito de sabê-lo.

A pena prevista por esta legislação é de 06 (seis) a 12 (doze) anos, além de multa.

Neste mesmo preceito secundário recairá quem ordena, autoriza, consente ou de qualquer forma atue para encobrir, ocultar ou manter ocultos os atos definidos no *caput* do artigo, inclusive deixando de informar ou de entregar documentos que permitam localizar a vítima ou seus restos mortais. Ainda, quem mantém a pessoa desaparecida sob sua guarda, custódia ou vigilância será punida nos termos do *caput* do artigo 149-A.

Interessante observar que o sujeito ativo deste crime será o agente na condição de agente do Estado, de suas instituições ou de grupo armado ou paramilitar.

Propõe a lei, no § 2.º do referido artigo, que seja declarada manifestamente ilegal qualquer ordem, decisão ou determinação de praticar o desaparecimento forçado de uma pessoa ou ocultar os documentos essenciais à localização da vítima ou de seus restos mortais.

Haverá, ainda, a tipificação do desaparecimento forçado qualificado com aprovação desta lei. Os §§ 4.º, 5.º e 6.º o identificam da seguinte maneira:

§ 4.º Se houver emprego de tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou se do fato resultar aborto ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima:  
Pena - reclusão, de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) anos, e multa

§ 5.º Se resulta morte

Pena - reclusão, de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa

§ 6.º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) até 1/2 (metade):

I - se o desaparecimento durar mais de 30 (trinta) dias;

II - se o agente for funcionário público;

III - se a vítima for criança ou adolescente, idosa, portadora de necessidades especiais ou gestante ou tiver diminuída, por qualquer causa, sua capacidade de resistência.

Em comparação ao Projeto de Lei n.º 301, de 2007, a pena é superior no seu tipo mais gravoso: de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos. Convém salientar que é superior ao do homicídio (seis a vinte anos), da lesão corporal seguida de morte (quatro a doze anos) e do sequestro e do cárcere privado, na sua modalidade mais gravosa (dois a oito anos).

De acordo com o projeto legislativo, o magistrado poderá proceder com uma redução de pena ou a requerimento das partes ou de ofício, de um a dois terços, ao acusado que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que a vítima seja localizada com sua integridade física preservada e/ou identifique os coautores ou partícipes da ação criminosa e das circunstâncias do desaparecimento. Para o benefício, não se pode olvidar do requisito subjetivo de primariedade do réu.

Os §§ 8.º e 9.º afirmam que o desaparecimento forçado será considerado um crime imprescritível e que eventual perdão, extinção de punibilidade ou absolvição efetuadas no estrangeiro poderão ser desconsideradas, caso o objetivo tenha sido subtrair do acusado à investigação ou responsabilização por seus atos, ou que foram conduzidas de forma dependente e parcial.

Por fim, o § 10.º aponta que o desaparecimento forçados é um delito de natureza permanente e são consumados de forma contínua enquanto a pessoa não for libertada ou não for esclarecida sua sorte, condição e paradeiro, ainda que já tenha falecido.

Passamos, neste momento, à análise do Projeto de Lei n.º 236, de 2012, conhecido popularmente como Novo Código Penal Brasileiro, de autoria do Senador José Sarney.

#### 4.1.3.3 Projeto de Lei n.º 236, de 2012

O último Projeto de Lei analisado é o n.º 236/2012, referente ao que se chamou de "Novo Código Penal Brasileiro", o qual acrescentaria o crime de desaparecimento forçado.

Com efeito, o artigo 458, do Anteprojeto de Código Penal conceitua os crimes contra a humanidade como:

**Crimes contra a humanidade**

Art. 458. São crimes contra a humanidade previstos neste Capítulo os praticados no contexto de ataque sistemático dirigido contra população civil, num ambiente de hostilidade ou de conflito generalizado, que corresponda a uma política de Estado ou de uma organização.

Parágrafo único. Quando presentes as circunstâncias referidas no caput, serão considerados crimes contra a humanidade as condutas descritas nos Títulos dos crimes contra a vida e contra a dignidade sexual.<sup>125</sup>

Convém apontar que a definição de crimes contra a humanidade proposta pelo supracitado artigo revela-se mais específico que aquela proposta pelo artigo 7.º, do Estatuto de Roma. Assim, nota-se que o projeto de lei em análise aplica esta definição apenas quando houver um ambiente de hostilidade ou conflito generalizado e advier de uma política de Estado ou organização.

Todavia, esta definição está em desarmonia com o que prevê o Estatuto de Roma.

É que o Estatuto de Roma apregoa que se houver determinados atos cometidos contra a população civil a partir de uma política governamental ou com a aquiescência do Estado para com uma organização, restará configurado o crime contra a humanidade. Significa dizer que não se exige que as condutas tenham lugar num ambiente de conflito.

No seu artigo 466, o anteprojeto de Código Penal tipifica o desaparecimento forçado de pessoa, nos seguintes termos:

**Desaparecimento forçado de pessoa**

Art. 466. Apreender, deter ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade, ainda que legalmente, em nome do Estado ou de grupo armado

---

<sup>125</sup> COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL. **Relatório final**. Disponível em: <goo.gl/Q2iTbr>. Acesso em: 16 mar. 2016.

ou paramilitar, ou com a autorização, apoio ou aquiescência destes, ocultando o fato ou negando informação sobre o paradeiro da pessoa privada de liberdade ou de seu cadáver, ou deixando a referida pessoa sem amparo legal:<sup>126</sup>

A pena proposta pelo Projeto de Novo Código Penal haverá uma pena de 02 (dois) a 06 (seis) anos. Ela é inferior, nos tipos do Código Penal vigente, ao do homicídio (seis a vinte anos), da lesão corporal seguida de morte (quatro a doze anos) e do sequestro e do cárcere privado, na sua modalidade mais gravosa (dois a oito anos). Ainda, a pena será inferior ao do Projeto de Lei n.º 301, de 2007, na medida em que prevê 08 (oito) a 30 (trinta) anos de reclusão. "Pena – prisão, de dois a seis anos, sem prejuízo das penas correspondentes aos outros crimes".<sup>127</sup>

A tipificação proposta para este crime restringe a definição dada pelos artigos 7.º(1)(i) e 7.º(2)(i), do Estatuto de Roma, pois o projeto de lei exige que a privação de liberdade de qualquer pessoa, seja por ação estatal ou de grupo armado ou paramilitar, seja com a autorização ou aquiescência destes, com a posterior negação de seu paradeiro implicará no crime de desaparecimento forçado. Já o Estatuto de Roma exige que seja uma política de Estado ou de uma organização (sem fazer referência ao tipo de organização).

Ainda, o Anteprojeto de Código Penal também identifica os coautores do crime no § 1.º do artigo 466, em um alargamento da matéria pelo legislador: "§ 1.º Na mesma pena incorre quem ordena ou atua de qualquer forma para encobrir os atos definidos neste artigo ou mantêm a pessoa desaparecida".

Será essencial, agora, analisar como os legisladores sul-americanos reagiram às obrigações impostas pelos Tratados Internacionais assinados e mencionados em capítulos anteriores.

## 4.2 DIREITO COMPARADO

Dedica-se o presente Trabalho de Conclusão de Curso à análise das legislações brasileira, argentina, uruguaia e chilena, a fim de analisar e compreender

---

<sup>126</sup> COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL. **Relatório final**. Disponível em: <goo.gl/Q2iTbr>. Acesso em: 16 mar. 2016.

<sup>127</sup> COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL. **Relatório final**. Disponível em: <goo.gl/Q2iTbr>. Acesso em: 16 mar. 2016.

como – e se – alguns dos outros países sul-americanos tipificaram a conduta de desaparecimento forçado.

#### 4.2.1 Argentina

Antes de analisar a legislação argentina com suas possíveis mudanças, fundamental compreender o contexto histórico deste país.

Durante a Ditadura militar argentina entre os anos de 1976 e 1983, a prática do desaparecimento forçado foi um dos métodos utilizados pelo Governo para reprimir a dissidência política e ideológica.<sup>128</sup>

Convém lembrar que o *modus operandi* do Plano Condor, como exposto no capítulo específico, foi amplamente utilizado. Com efeito, havia a abdução da vítima por parte de agentes do Estado, com a posterior negação dos fatos e do paradeiro ao próprio abduzido e à sua família.

Não se pode olvidar, dentro desta temática que em virtude do recebimento considerável de denúncias acerca desta prática pelo Governo Argentino, em 1980 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão da Organização dos Estados Americanos publicou um informe do país, reiterando os Informes Gerais à Assembleia de 1976 e de 1977, acerca da prática de tais atos.<sup>129</sup>

Ao final, concluiu a Comissão que a repressão para findar ou mitigar a oposição por meio de instrumentos extralegais adveio dos mais altos escalões das Forças Armadas argentinas, a fim de combater a subversão por meio de pequenos grupos estatais com poderes ilimitados quanto à eliminação daqueles considerados terroristas.<sup>130</sup>

Registra-se, ainda, que com a ascensão de Raúl Alfonsín ao cargo de presidente eleito da Argentina após a Ditadura em 1983, sobreveio a criação da

---

<sup>128</sup> MALARINO, Ezequiel. Informes Nacionales: Argentina. In: AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional**. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.5.

<sup>129</sup> COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización dos Estados Americanos. **OEA/Ser.L/V/II.49, doc. 19 1980**: Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina - 1980. Disponível em: <goo.gl/HQp7J7>. Acesso em: 12 jul. 1980.

<sup>130</sup> COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organización dos Estados Americanos. **OEA/Ser.L/V/II.49, doc. 19 1980**: Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina - 1980. Disponível em: <goo.gl/HQp7J7>. Acesso em: 12 jul. 1980.



*Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*<sup>131</sup> (CONADEP), na sigla em espanhol) pelo Decreto n.º 187, de 15 de dezembro de 1983.

Com efeito, com fundamento que a questão dos Direitos Humanos transcende os poderes públicos, de forma a interessar diretamente a sociedade civil argentina e sociedade internacional, caberia à CONADEP esclarecer os fatos decorrentes do desaparecimento forçados ocorridos no país, bem como localizar o paradeiro das vítimas e quaisquer outras circunstâncias relacionadas. Igualmente, receberia denúncias e outras provas, que deveriam ser encaminhadas à Justiça, para os devidos fins legais, bem como a apuração das responsabilidades criminais dos envolvidos.<sup>132</sup>

Em 1984, à época da conclusão dos trabalhos da Comissão argentina, foi publicado o relatório sob o nome de *Nunca Más*<sup>133</sup>, cujos trabalhos estimaram que 8.960 vítimas do desaparecimento forçado remanesciam desaparecidas.<sup>134</sup>

Contextualizada, brevemente, a situação neste país, passa-se à análise das leis criadas para buscar prevenir e reprimir o desaparecimento forçado.

#### 4.2.2.1 Mudanças legislativas

Até 2007 inexistia uma norma penal no ordenamento jurídico argentino que tipificasse o desaparecimento forçado de pessoas.<sup>135</sup> O vácuo legislativo foi suprimido quando a República Argentina, ao promulgar o Estatuto de Roma, em 5 de janeiro de 2007, pela Lei de Implementação n.º 26200, efetivamente criminalizou a conduta.

Posta a questão assim, pontua-se que a referida lei, já no seu artigo 2.º define que os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade – o gênero que abarca

---

<sup>131</sup> Em tradução livre para o português: "Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas".

<sup>132</sup> MERCOSUR DERECHOS HUMANOS. Guía de Archivos y Fondos Documentales. **CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas)**. Disponível em: <goo.gl/K1qyY7>. Acesso em: 12 jul. 2017.

<sup>133</sup> Em tradução livre para o português: "Nunca Mais".

<sup>134</sup> COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca Más**: Report of Conadep (National Commission on the Disappearance of Persons) - 1984. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1984. Disponível em: <goo.gl/1dGUii>. Acesso em: 12 jul. 2017.

<sup>135</sup> MALARINO, Ezequiel. Informes Nacionales: Argentina. In: AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional**. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.5.

o desaparecimento forçado –, crimes de guerra e as ofensas contra a administração da justiça serão puníveis conforme a jurisdição argentina.<sup>136</sup>

Cumpre enfatizar que a definição de desaparecimento forçado será a mesma do Estatuto de Roma, conforme o artigo 2.º, da Lei de Implementação n.º 26200, qual seja, um ato cometido no contexto de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil.

Não se pode olvidar que por desaparecimento forçado, entende-se como a:

detenção, a prisão ou o seqüestro de pessoas [...], seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo.<sup>137</sup>

O legislador argentino optou por estabelecer o preceito secundário no patamar de dois a vinte e cinco anos, além de uma agravação pelo resultado morte da vítima, situação a qual haverá o recrudescimento da pena para prisão perpétua, conforme a dicção legal do artigo 9.º, da Lei de Implementação n.º 26200.<sup>138</sup>

Por força da internalização do Estatuto de Roma, entende-se que os sujeitos ativos do desaparecimento forçado na Argentina serão os agentes estatais ou membros de uma organização política, com a autorização, o apoio ou a concordância destes. Convém salientar que estes sujeitos atuarão tanto no efetivo desaparecimento da agora vítima quanto na posterior omissão de informação aos interessados e afetados pelo crime.

Já em relação aos sujeitos passivos, entende-se como qualquer população civil, nos termos do *caput* do artigo 7.º, do Estatuto de Roma. Relembra-se que nos termos da legislação internacional, o crime deve ser cometido dentro de um ataque, generalizado ou sistemático.

---

<sup>136</sup> Em espanhol, dispõe a Lei n.º 26200: "[...] *Las conductas descriptas en los artículos 6.º, 7.º, 8.º y 70 del Estatuto de Roma y todos aquellos delitos y crímenes que en lo sucesivo sean de competencia de la Corte Penal Internacional, serán punibles para la República Argentina en la forma que esta ley prevé.[...]*".

<sup>137</sup> BRASIL. Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <goo.gl/YwPHFJ>. Acesso em: 13 set. 2018.

<sup>138</sup> Em espanhol, dispõe a Lei n.º 26200: "*ARTICULO 9.º — En los casos previstos en el artículo 7.º del Estatuto de Roma la pena aplicable es de 3 a 25 años de prisión. Si ocurre la muerte, la pena será de prisión perpetua.*"

Menciona-se que a lei argentina, em termos de disposições gerais, impõe que a ação penal e a aplicação das penas sejam imprescritíveis nos casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

Por fim, aponta-se que a Argentina também incorporou ao seu ordenamento jurídico a Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas, em 1995, e a Convenção Internacional para a Proteção das Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, em 2007.

#### 4.2.2 Uruguai

No contexto da Guerra Fria e da ascensão dos governos militares ao poder, o Uruguai também sofreu com os métodos utilizados pelas ditaduras para sufocar os seus inimigos políticos, especialmente quanto ao desaparecimento forçado.

Dentro de um contexto histórico, cumpre salientar que até 1973, ano do golpe civil-militar uruguaio, o país em análise possuía a tradição democrática mais forte e longa na América Latina.<sup>139</sup>

Pois bem, durante o governo do primeiro presidente militar uruguaio, do General Bordaberry, aprova-se o "Estado de Guerra Interno", no qual se suspendem as garantias individuais, situação agravada com a sanção da Lei n.º 14.068, em 1972, que tipificou os delitos de lesa-pátria.

Com efeito recriminou-se atos como atentados contra a integridade do território nacional, a independência ou a unidade do Estado uruguaio, a prestação de serviços militares ou políticos para estados estrangeiros, a revelação de segredos concertes à segurança do Uruguai, dentre outras condutas de maneira aberta. Insta salientar que a lei em comento operou um recrudescimento das penas e admitiu a jurisdição militar para os crimes políticos.<sup>140</sup>

Neste prisma, de acordo com o ordenamento jurídico uruguaio pré-1973, seja pelo direito interno, seja pelo direito internacional, havia a obrigação e comprometimento jurídico estatal à proteção dos Direitos Humanos de todos os cidadãos em seu território.

---

<sup>139</sup> PALERMO, Pablo Galain. Informes Nacionales: Uruguay. AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional**. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.137.

No âmbito internacional, caio a laço notar que o Uruguai participou da tipificação dos crimes do Estatuto do Tribunal Internacional para Nuremberg, em 1945, momento o qual foram reafirmadas por resoluções da Assembleia Geral da ONU entre 1946 e 1995. Assinala-se que o país era signatário das Convenções de Genebra, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948, e do Pacto de Direitos Civis e Políticos, de 1966.

Oportuno pontuar que a Constituição Uruguaia de 1967 elencava o direito ao gozo da vida, da honra, da liberdade e da segurança. Dá-se ênfase no artigo 72, do referido texto, pois preconiza a impossibilidade da exclusão de outros direitos que se referem à personalidade humana ou derivam da forma republicana de governo, bem como o artigo 332, daquela Carta Magna, que determina deveres às autoridades públicas no sentido de proteger os direitos individuais, mesmo que não devidamente regulamentados.

Assim, nota-se um extenso esforço do Governo do Uruguai para tutelar os direitos humanos, o quais foram ignorados pela Ditadura e sua perseguição aos inimigos políticos, notadamente, aos Tupamaros.

Feita esta brevíssima contextualização histórica, estudar-se-á a legislação uruguaia do período posterior à reestruturação da Democracia.

#### 4.2.2.1 Mudanças legislativas

No ordenamento jurídico penal do Uruguai, até 2006 inexistiu um tipo penal específico referente ao desaparecimento forçado, na medida em que o legislador optou por sancionar as condutas da privação ilegítima de liberdade, no artigo 281, do Código Penal uruguaio, do sequestro, no artigo 346, das lesões corporais, nos artigos 316 e seguintes, do homicídio, no artigo 310, e da associação para fins criminais, no artigo 150.<sup>141</sup>

Ocorre que em 2006 foi promulgada a Lei n.º 18.026, na qual o Senado e a Câmara dos Representantes da República Oriental do Uruguai, em Assembleia

---

<sup>140</sup> URUGUAY. . Ley n.º 14068. Ley de Seguridad del Estado y del Orden Interno. Disponível em: <goo.gl/6MkBwX>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>141</sup> URUGUAY. Código Penal n.º 9155. Disponível em: <goo.gl/P6RMNx>. Acesso em: 06 out. 2017.

Geral, optaram por cooperar com a Corte Penal Internacional em matéria de luta contra o genocídio, os crimes de guerra e de lesa humanidade.

Com efeito, o artigo 1.º, desta lei, revogou o art. 2.º, do Código Penal Uruguaio pelo seguinte comando legal, traduzido livremente:

ARTIGO 2.º (Divisão dos delitos).- Os delitos, de acordo com sua gravidade, dividem-se em crimes, delitos e faltas. Os crimes são os ilícitos de competência da Corte Penal Internacional de acordo com o disposto no artigo 5.º, do Estado de Roma e todos os demais que, por sua extrema gravidade, exigem leis especiais, seja por este Código, seja pelas normas de direito internacional. Os delitos são todos os demais que não estejam revestidos da gravidade indicada no parágrafo anterior. As faltas são reguladas pelo disposto no Livro III do presente Código.<sup>142</sup>

Convém lembrar que o artigo 5.º, do Estatuto de Roma, mencionado no artigo 1.º da lei ora em análise, dispõe acerca da competência, admissibilidade e direito aplicável do Tribunal Penal Internacional.

Além de designar a competência específica para julgamento do Tribunal, o artigo 2.º, da Lei uruguaia dispõe que o Estado tem o direito e o dever de julgar os atos tipificados como delito segundo o Estatuto de Roma, que fora aprovado no direito interno pela Lei n.º 17.510, de 27 de junho de 2002.

Com efeito, a Lei n.º 18.026, de 2006, inseriu o desaparecimento forçado ao Código Penal como um crime contra a humanidade, de comissão permanente e imprescritível:

Artigo 21. (Desaparecimento forçado)  
21.1 Aquele que, de qualquer forma e por qualquer motivo, sendo agente do Estado ou estar com a sua autorização, ou contar com o seu apoio ou com a aquiescência de um ou mais agentes do Estado, privar a liberdade de uma pessoa, seguido por uma recusa a informar sobre a privação de liberdade ou o paradeiro ou destino da pessoa privada de liberdade; ou que omita e se negue a fornecer informações sobre a privação de fato da liberdade

---

<sup>142</sup> No original, ficou assim legislado:

**"Artículo 1.º (Crímenes y delitos).- Sustitúyese el artículo 2.º del Código Penal por el siguiente:**  
**ARTÍCULO 2.º (División de los delitos).- Los delitos, atendida su gravedad, se dividen en crímenes, delitos y faltas. Los crímenes son los ilícitos de competencia de la Corte Penal Internacional de acuerdo a lo dispuesto en el artículo 5 del Estatuto de Roma y además todos los que por su extrema gravedad se rijan por leyes especiales, por este Código y las normas de derecho internacional en cuanto le sean aplicables. Los delitos son todos los demás que no revistan la gravedad indicada en el párrafo anterior. Las faltas se rigen por lo dispuesto en el libro III del presente Código".** (URUGUAY. Ley 18.026. Cooperación con la Corte Penal Internacional en materia de lucha contra el genocidio, los crímenes de guerra y de lesa humanidad. Disponível em: <goo.gl/JVjjvf>. Acesso em: 03 ago. 2017).

de uma pessoa desaparecida, seu paradeiro ou destino, será punível a uma pena de dois a vinte e cinco ano de reclusão.

21.2. O crime de desaparecimento forçado será considerado um crime continuado, como o destino ou paradeiro da vítima não foi determinada.

21.3. O juiz pode considerar como atenuantes do crime de desaparecimento forçado de pessoas nas seguintes circunstâncias:

a) a vítima é libertada ilesa em menos de 10 dias;

b) que se informe ou que se atue para possibilitar ou facilitar o aparecimento do desaparecido com vida.

Da análise detida do texto normativo, depreende-se que o legislador uruguaio criminalizou a conduta dos agentes estatais ou qualquer um que conte com sua autorização ou aquiescência. Desta forma, para a comissão do crime, não é possível imaginar uma característica especial do sujeito ativo.

A técnica legislativa da lei uruguaia, identifica o sujeito ativo como qualquer agente do Estado, ou qualquer um que age com a sua chancela, apoio ou aquiescência de um agente estatal, bem como aqueles que agem sob os auspícios de uma organização política em controle de determinado território. Já em relação ao sujeito passivo, nota-se que a vítima poderá ser qualquer pessoa.

Quanto aos tipos de ação, temos privar a liberdade com a seguinte recusa de informar o paradeiro ou o destino da pessoa privada da liberdade. Da mesma forma, recairá sob este tipo penal quem se negar a fornecer informações sobre os fatos, ou se negar a informar o paradeiro ou destino da vítima.

O preceito secundário prevê as penas de dois a vinte e cinco anos para aqueles condenados pela prática do crime do desaparecimento forçado. Não se pode olvidar que poderá o juiz optar por aplicar atenuantes caso a vítima seja libertada em menos de 10 dias ou se o Juízo seja informado como encontrar a pessoa, bem como a efetiva ação de possibilitar o fim deste estado de desaparecido.

Salienta-se que o Uruguai assinou o Estatuto de Roma em 19 de dezembro de 2000, e o ratificou em 28 de junho de 2002. A edição da Lei n.º 18.026, que cria o tipo penal do desaparecimento forçado, em 25 de setembro de 2006 adveio para adequar a República Oriental do Uruguai para com suas obrigações jurídicas internacionais quando assinou e ratificou o tratado internacional em apreço.

Passa-se, agora, à análise do contexto histórico do Chile, bem como de sua legislação referente ao Estatuto de Roma e ao desaparecimento forçado de pessoas.

#### 4.2.3 Chile

Quando houve o Golpe de Estado no Chile, em 11 de setembro de 1973, o então novo aparato estatal colocou em prática diversas práticas para amedrontar, deter e proceder com o desaparecimento forçado contra indivíduos considerados ligados a partidos e agrupamentos da dissidência.<sup>143</sup>

Impõe registrar que antes da deposição do presidente eleito Salvador Allende, o Chile assistiu a uma extrema polarização ideológica concomitantemente a uma crise econômica, fatores os quais aproximou os setores civil e militar da sociedade daquele país. Ao fim e ao cabo, os fatores políticos, econômicos, aliados à aproximação de diferentes classes sociais, incrementado por um espírito anticomunista, facilitaram o rompimento da ordem democrática.<sup>144</sup>

Dentro deste contexto histórico, impende observar que não apenas a perseguição, o desaparecimento forçado e o extermínio dos inimigos políticos, como também a ocorrência de torturas, assassinatos, ameaças extorsivas, falsidades documentais, produção ilegal ou supressão de expedientes judiciais aumentaram, com a finalidade de encobrir os outros crimes cometidos pela ditadura chilena, sobretudo entre 1973 e 1976, período inicial da ditadura chilena.<sup>145</sup>

No poder desde setembro de 1973, logo em novembro do mesmo ano verifica-se que o Governo da Junta Militar estabeleceu a Direção de Inteligência Nacional (*Dirección de Inteligencia Nacional*, em espanhol), órgão em que estava abrigada a polícia secreta chilena, dedicada à perseguição política dos dissidentes políticos, e, sobremaneira, à prática do desaparecimento forçado num âmbito institucionalizado.

Patricio Aylwin consagrou-se como o primeiro presidente do Chile após a ditadura de Augusto Pinochet, eleição marcada pela transição daquele país à democracia, em 1990. Ainda que com resistência de parcela de membros Exército e do Governo, Aylwin foi um dos grandes responsáveis em apoiar a Comissão da Verdade chilena.

---

<sup>143</sup> DALBORA, José L. G. Informes Nacionales: Chile. In: AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional**. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.55.

<sup>144</sup> Id. Informes Nacionales: Chile. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Ed.) **Justicia de transición: Informes de América Latina, Alemania, Italia y España**. Berlin: Konrad - Adenauer - Stiftung e.V, 2009. p.201-234. Disponível em: <goo.gl/jQcAEp>. Acesso em: 06 out. 2017.

<sup>145</sup> Id. Informes Nacionales: Chile. In: AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional**. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.55.

Instaurada pela Lei n.º 19.123, o organismo registrou cifras de aproximadamente 3.200 pessoas vítimas de desaparecimentos forçados durante o Governo militar.<sup>146</sup>

Neste sentido, mister se faz ressaltar o Caso Liquiñe, julgado em 25 de setembro de 2008 pela Corte Suprema chilena, quando militares, no exercício de sua função, foram condenados pelo desaparecimento forçado e execução de 15 camponeses da região de Liquiñe, vilarejo perto da fronteira entre Chile e Argentina, no dia 10 de outubro de 1973. Impende observar que a sentença consignou que os crimes praticados pelos então réus seriam imprescritíveis, devido ao caráter permanente do delito, conforme preconiza a IV Convenção de Genebra, de 1949.<sup>147</sup>

Contextualizado a brevíssima exposição da situação política e jurídica do Chile, cumpre examinarmos, neste passo, as mudanças legislativas lá operadas, a fim de adequação a instrumentos internacionais.

#### 4.2.3.1 Mudanças Legislativas

Inicialmente, convém mencionar que o Código Penal Chileno, datado de 1874, foi modificado em 20 de maio de 1983 para adicionar o tipo penal de sequestro, sendo posteriormente atualizado em 23 de agosto de 1993.

Convém salientar, igualmente, que o tipo específico do desaparecimento forçado, *a priori*, inexistente no ordenamento jurídico interno do Chile, razão pela qual se inicia o estudo com o tipo penal do sequestro. Como será visto posteriormente, tal fato não significa que este país não possui vinculações com outros instrumentos internacionais.

O artigo 141 da referida lei proscreeve que quando um indivíduo priva outrem de sua liberdade sem qualquer direito incorrerá no tipo do sequestro e estará sujeito à pena de prisão, no seu máximo legal. Contudo, a o preceito secundário será aumentada caso ocorra o cometimento de homicídio, violação, sodomia ou qualquer lesão corporal, nos termos dos artigos 395, 396 e 397, n.º 1, do mesmo Código.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. Santiago de Chile: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, 1991. Tomo II. p.883. Disponível em: <goo.gl/CigWXe>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>147</sup> CORTE SUPREMA DE CHILE. Rol n.º 4662 - 07, Caso Episodio Liquiñe, Sentencia del 25 de septiembre de 2008.

<sup>148</sup> CHILE. Código Penal, de 12 de noviembre de 1874. Disponível em: <goo.gl/cLJ9ZT>. Acesso em: 14 jul. 2017.



Ademais, o artigo 14, do Código Penal, identifica os autores, os cúmplices e aqueles que auxiliam na consecução do crime como responsáveis criminalmente pelos delitos. Quanto à vítima, qualquer pessoa pode sofrer com este tipo penal.

Não se pode deixar de consignar, todavia, que em âmbito internacional, a República do Chile ratificou a Convenção Internacional para a Proteção das Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e tipificou os crimes contra a humanidade, de genocídio e crimes de guerra com a Lei n.º 20.357, de 18 de julho de 2009. Cumpre rememorar que o desaparecimento forçado, como descrito no Estatuto de Roma, está inserido no rol de condutas proibidas dos crimes contra a humanidade.

Por força do artigo 1.º, da referida lei, temos que:

Artigo 1.º Constituem crimes contra a humanidade os atos descritos neste parágrafo, quando sua comissão hajam as seguintes circunstâncias:

1.º Que o ato seja cometido como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra uma população civil.

2.º Que o ataque a que se refere o parágrafo anterior corresponde a uma política de Estado e de seus agentes; de grupos armados organizados que, sob a direção de um responsável, exerçam sobre algum território um controle de tal forma que eles permita realizar operações militares, ou de grupos organizados que detenham um poder de fato que favoreça a impunidade de seus atos.<sup>149</sup>

O artigo 1.º desta lei, que trata dos crimes contra a humanidade, exige que o ato seja cometido dentro de um quadro generalizado ou sistemático de ataque à população civil, e que o ataque corresponde à uma política de Estado ou de seus agentes, de grupos armados organizados que, sob a direção de uma autoridade responsável, exerçam sobre algum território um controle tal que lhes permita realizar operações militares, ou de grupos organizados que, de fato, detenham um poder que favoreça a impunidade.

O artigo 2.º, da mesma lei chilena, explica que por "ataque generalizado" entende-se um mesmo ato ou vários atos simultâneos ou imediatamente sucessivos,

---

<sup>149</sup> Tradução livre de: "*Artículo 1.º Constituyen crímenes de lesa humanidad los actos señalados en el presente párrafo, cuando en su comisión concurren las siguientes circunstancias:*

*1.º Que el acto sea cometido como parte de un ataque generalizado o sistemático contra una población civil.*

*2.º Que el ataque a que se refiere el numerando precedente responda a una política del Estado o de sus agentes; de grupos armados organizados que, bajo la dirección de un mando responsable, ejerzan sobre algún territorio un control tal que les permita realizar operaciones militares, o de grupos organizados que detentan un poder de hecho tal que favorezca la impunidad de sus actos".*

que afetam ou são dirigidos a um número considerável de pessoas. Já por "ataque sistemático", temos uma série de atos sucessivos que se estendem por um certo período de tempo e que afetam ou são dirigidos a um número considerável de pessoas.<sup>150</sup>

Apesar do legislador chileno não ter criado um tipo penal com o *nomen iuris* desaparecimento forçado, o artigo 6.º, da Lei n.º 20.357, possui conteúdo similar ao do instrumento internacional. Vejamos:

Artigo 6.º Com as mesmas penas será castigado quem, concorrendo com as circunstâncias descritas no artigo 1.º e com a intenção se subtrair uma pessoa durante um largo período de tempo da proteção das leis, prive-a de qualquer modo de sua liberdade física, sem atender à demanda de informação sobre sua sorte ou paradeiro, negando-a ou a proporcionando uma informação falsa.<sup>151</sup>

Desta forma, temos que o sujeito passivo pode ser qualquer população civil, por força do artigo 1.º, § 1.º, da lei chilena. Pontua-se que tal lesão aos direitos deve ser ocorrer num contexto de ataque sistemático ou generalizado.

Quando se fala no sujeito ativo deste crime, teremos a figura dos agentes estatais, grupos armados organizados sob a direção de um responsável que controlam um território, ou de grupos organizados que detenham o poder de forma a garantir a impunidade de seus atos.

Quanto às penas, o legislador impôs uma pena entre prisão de grau médio até prisão perpétua qualificada<sup>152</sup> caso o agente ativo recaia nas modalidades de ação identificadas no artigo 1.º desta Lei. Está é a dicção legal do 3.º do regramento penal chileno.

---

<sup>150</sup> CHILE. . Código Penal, de 12 de noviembre de 1874. Disponível em: <goo.gl/cLJ9ZT>. Acesso em: 14 jul. 2017.

<sup>151</sup> Tradução livre de: "*Artículo 6.º Con la misma pena será castigado el que, concurriendo las circunstancias descritas en el artículo 1.º y con la intención de sustraer a una persona durante largo tiempo a la protección de la ley, la prive de cualquier modo de su libertad física, sin atender a la demanda de información sobre su suerte o paradero, negándola o proporcionando una información falsa*".

<sup>152</sup> No Chile, de acordo com os artigos 21 e seguintes do Código Penal, a prisão perpétua qualificada implica: (i) na impossibilidade de concessão de liberdade condicional antes de 40 anos de cumprimento de prisão; (ii) o apensado não poderá ser favorecido com nenhum dos benefícios que contemplem o regramento da Execução Penal chilena; e (iii) o condenado não será favorecido pelas leis que concedam anistias e indultos, salvo se expressamente aplicáveis ao caso.

Contudo de acordo com o artigo 4.º, deste conjunto legal, será punido com uma de pena de grau médio até uma pena de prisão perpétua quem mate outrem, concorrendo com os tipos penais do artigo 1.º.

Pela leitura do artigo 5.º, haverá a pena privativa de liberdade, em qualquer de seus graus, aqueles que, ao concorrerem com as circunstâncias do artigo 1.º, cometerem nove ações. Elas são: (§ 1.º) castrar outrem ou mutilar um membro importante; (§ 2.º) lesionar outrem, deixando-o demente, impedido de um membro importante ou notavelmente deforme; (§ 3.º) privar outrem de sua capacidade de reprodução biológica, sempre que a conduta não se encontra justificada por um tratamento médio ou o consentimento da vítima; (§ 4.º) constranger mediante violência ou ameaça a uma mulher a praticar o aborto ou permitir que seja praticado; (§ 5.º) engravidar uma mulher, constrangendo-a mediante violência ou ameaça, assim como a utilização de qualquer método distinto dos parágrafos anteriores; (§ 6.º) reduzir outrem a condição análoga de escravidão, ou envolver-se no tráfico de escravos; (§ 7.º) privar outrem de sua liberdade por mais de cinco dias, salvo nos casos em que se referem os últimos incisos do artigo 141, do Código Penal; (§ 8.º) violar uma pessoa nos termos do artigo 361 e 362, do Código Penal, ou abusar sexualmente dela nos termos do artigo 365-bis, do mesmo Código; (§ 9.º) forçar outrem à prostituição, servindo-se de violência ou ameaça.

Analisado as legislações dos países Brasil, Argentina, Uruguai e Chile, bem como do Estatuto de Roma, compara-se analiticamente cada legislação no próximo capítulo.

#### 4.3 ANÁLISE COMPARADA DAS LEIS E DE PROJETOS DE LEIS

Neste capítulo, dedicar-se-á à análise sistemática e resumida do Estatuto de Roma, e das legislações do Brasil, da Argentina, do Uruguai e do Chile, especificamente em relação ao alcance do tipo, o *quantum* da pena, os sujeitos ativos e a vinculação da norma interna à instrumentos internacionais.

##### 4.3.1 Alcance do tipo no estatuto de roma e nas legislações internas

No Estatuto de Roma, a conduta do desaparecimento forçado é definido no artigo 7.º, 1, *j*, e pormenorizado no artigo 7.º, 2, *i*, do mesmo Estatuto, como:

a prisão, a detenção, o seqüestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade.

Convém salientar que o crime de desaparecimento forçado é enquadrado como um crime contra a humanidade e, por este motivo, só será classificado como tal quando cometido dentro de um quadro de ataque sistemático, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento deste ataque, de acordo com o *caput* do artigo 7.º.

No Brasil, ao seu turno, ressalvadas as diferenças para os tipos penais de sequestro e cárcere privado e lesões corporais, abordados nos capítulos 4.1.2.1 e 4.1.2.2, cabe o estudo dos Projetos de Lei n.º 301, de 2007, n.º 245, de 2011, e n.º 236, de 2012.

Como se há verificar no Projeto Lei n.º 301, propôs-se a tipificação do crime de desaparecimento forçado tal qual o Estatuto de Roma o define, de maneira tal que deve estar configurado a situação quadro de ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil.

Cumpramos, neste passo, o Projeto de Lei n.º 245, de 2011, cuja proposição identifica o crime de desaparecimento forçado as ações de apreender, deter, sequestrar, arrebatado, manter em cárcere privado ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade.

Não se pode olvidar, ainda, que o referido projeto de lei incrimina igualmente quem ordena, autoriza, consente ou de qualquer forma atue para encobrir, ocultar ou manter ocultos os atos definidos no *caput* do artigo deste artigo do Projeto de Lei, inclusive deixando de informar ou de entregar documentos que permitam localizar a vítima ou seus restos mortais. Finalmente, punição também recairá a quem mantém a pessoa desaparecida sob sua guarda, custódia ou vigilância.

Nessa esteira, o próximo Projeto de Lei analisado, qual seja, aquele de n.º 236, de 2012, refere-se ao que pode vir a ser o novo Código Penal brasileiro, de maneira que se torna oportuno pontuar a tipificação do desaparecimento forçado no artigo 466. Com efeito, reprimir-se-ia as condutas de apreender, deter ou de qualquer outro modo privar alguém de sua liberdade, com a posterior ocultação ou negação

de informações sobre o paradeiro da vítima ou de seu cadáver, bem como retirá-la do amparo legal.

Noutro giro, na Argentina optou o legislador por incriminar as condutas de deter, prender ou sequestrar a vítima, com a posterior recusa em reconhecer o estado de privação de liberdade ou a prestação de qualquer informação sobre a situação ou o paradeiro dela, com a finalidade de lhe negar o amparo legal por um período prolongado de tempo.

Com o advento da Lei n.º 18.026, no Uruguai, restou determinado quando, de qualquer forma e por qualquer motivo, um agente privar a liberdade de uma pessoa, seguido da recusa em informar o paradeiro e o fornecimento de informações acerca deste fato.

Soberanamente, os representantes do povo chileno criaram a Lei n.º 20.357, cujo artigo 6.º proscribe a conduta de subtrair uma pessoa durante um largo período de tempo da proteção legal, privando-a de qualquer modo a sua liberdade física, sem atender à demanda de informação ou paradeiro, ou, ainda, negando-a ou proporcionando uma informação falsa.

À guisa da conclusão, o exercício comparativo demonstrou que o Brasil planejou criar leis específicas para a tipificação do desaparecimento forçado de pessoas em três momentos distintos. O primeiro buscou tipificá-lo assim como o Estatuto de Roma, o segundo e o terceiro optaram por não criar um crime próprio, uma vez que não há a necessidade do sujeito ativo ser agente estatal ou organização política. Adiante, a Argentina, Uruguai e o Chile optaram por criminalizar a conduta de modo muito similar ao Estatuto de Roma, seja pela internalização do Tratado, seja pela adaptação realizada pelo legislador pátrio, ainda que com especificidades inerentes a cada ordenamento jurídico.

De toda sorte, salienta-se que o tipo penal do desaparecimento forçado criado pelo Estatuto de Roma é especialíssimo e não, pode, facilmente, ser aproximado dos casos gerais e das experiências nacionais, uma vez que é componente essencial deste crime, além do efetivo desaparecimento, um ato cometido num quadro sistemático ou generalizado de ataque, contra qualquer população civil, havendo o efetivo conhecimento disto pelas autoridades responsáveis.

Relacionadas as condutas de ação nas diversas legislações, sem se olvidar o Estatuto de Roma, passa-se à análise comparativa do *quantum* da pena.

#### 4.3.2 Medidas da pena

De acordo com o artigo 77, do Estatuto de Roma, o sujeito que incorrer na prática do desaparecimento forçado estará sujeito à pena de prisão máxima de 30 anos ou prisão perpétua, e que neste caso dependerá do grau de ilicitude do fato e as condições pessoais do condenado. Além da prisão, o Tribunal Penal Internacional poderá aplicar multa e a perda de produtos, bens e haveres provenientes, direta ou indiretamente, do crime, sem prejuízo dos direitos de terceiros que tenham agido de boa fé.

Já no Brasil, é necessário a análise dos três Projetos de Leis que tramitam no Poder Legislativo.

Inicialmente, o Projeto de Lei n.º 301, de 2007, estipula que a pena será alta em comparação aos tipos penais existentes no Código Penal, na medida em que se aplica 08 (oito) a 30 (trinta) anos. Com efeito, é superior ao do homicídio (seis a vinte anos), da lesão corporal seguida de morte (quatro a doze anos) e do sequestro e do cárcere privado, na sua modalidade mais gravosa (dois a oito anos).

Em seguida, o Projeto de Lei n.º 245, de 2011, pune de 06 (seis) a 12 (doze) anos, além de multa, aqueles que cometerem o crime de desaparecimento forçado em seus moldes.

O último Projeto de Lei brasileiro, qual seja, o 236, de 2012, referente a um novo Código Penal, prevê uma pena de 02 (dois) a 06 (seis) anos. Nesta seara, observa-se que é inferior, nos tipos do Código Penal vigente, ao do homicídio (seis a vinte anos), da lesão corporal seguida de morte (quatro a doze anos) e do sequestro e do cárcere privado, na sua modalidade mais gravosa (dois a oito anos). Ainda, a pena será inferior ao do Projeto de Lei n.º 301, de 2007, na medida em que prevê 08 (oito) a 30 (trinta) anos de reclusão.

Estudando-se a lei argentina acerca do desaparecimento forçado de pessoas, determinou o legislador que a quantidade da pena estaria no patamar de de dois a vinte e cinco anos, além de uma agravação pelo resultado morte da vítima, situação

a qual haverá o recrudescimento da pena para prisão perpétua, conforme a dicção legal do artigo 9.º, da Lei de Implementação n.º 26200.

Ao seu turno, o Poder Legislativo uruguaio entendeu que a pena entre dois a vinte e cinco anos para aqueles condenados pela prática do crime do desaparecimento forçado seria o adequado. Não se pode deixar de consignar que o magistrado poderá optar pela aplicação de atenuantes caso a vítima seja libertada em menos de 10 dias ou se o Juízo seja informado como encontrar a pessoa, bem como a efetivação de possibilitar o fim deste estado de desaparecido.

Por fim, convém assinalar que o Chile textualmente aponta a pena entre prisão de grau médio até prisão perpétua qualificada – conforme explicado no capítulo deste País. Primordial explicar que, de acordo com o artigo 4.º, da pertinente legislação, será castigado com uma de pena de grau médio até uma pena de prisão perpétua quem mate outrem, concorrendo com os tipos penais do artigo 1.º, do mesmo regramento.

Sinteticamente, aponta-se que o Estatuto de Roma impôs uma pena de trinta anos a prisão perpétua para aqueles condenados pelo Tribunal Penal Internacional. Em âmbito nacional, preferiu o legislador argentino impor a pena de dois a vinte e cinco anos, sem nos olvidarmos da possibilidade de prisão perpétua caso haja o agravamento pela morte da vítima durante a comissão do crime. Já em território uruguaio, aqueles que se vêem condenados pelo crime de desaparecimento forçado estão sujeitos a uma pena entre dois a vinte e cinco anos, com a possibilidade de aplicação de atenuantes. Preferiu o Chile impor prisão de grau médio a prisão perpétua, ao passo que no Brasil, o Projeto de Lei 301/2007 determinou a prisão de oito a trinta anos; o Projeto de Lei 245/2011 estipulou seis a doze anos de prisão; e, por fim, o Projeto de Lei 236/2012, penas de dois a seis anos.

Em remate, infere-se que o legislador brasileiro, nos Projetos de Lei 245/2011 e 236/2012 preferiu estipular penas inferiores ao Estatuto de Roma, bem como aos outros países sul-americanos, ao passo que Chile e Argentina prevêem a possibilidade de prisão perpétua.

Analizados os preceitos secundários, passa-se ao estudo dos sujeitos ativos.

#### 4.3.3 Sujeitos ativos

Já em relação aos sujeitos ativos do crime de desaparecimento forçado, o Estatuto de Roma, impõe a regra que o perpetrador são os agentes do Estado ou pessoas ou grupos de pessoas agindo com a sua autorização, com o apoio ou aquiescência deste Estado, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque, isto é, num contexto de crime contra a humanidade.

Na análise do caso brasileiro, o Projeto de Lei n.º 301, de 2007, impõe as mesmas regras para a determinação do sujeito ativo determinadas pelo Estatuto de Roma, abordado no parágrafo anterior. Cumpre observar que no Projeto de Lei n.º 245, de 2011, o sujeito ativo será a pessoa que, na condição de agente do Estado, de suas instituições ou de grupo armado ou paramilitar, pratica os tipos penais proscritos. Similarmente, impende observar que no Projeto de Lei n.º 236, de 2012 exige que o desaparecimento forçado de pessoas ocorra ou por ação estatal ou por grupo armado ou paramilitar, seja com a autorização ou com a aquiescência do Estado.

No âmbito dos outros países sul-americanos, enfatiza-se que o legislador argentino identificou como sujeito ativo do crime os agentes estatais ou membros de uma organização política, com a autorização, o apoio ou a concordância destes. Caio a laço dizer que na técnica legislativa uruguaia, identifica-se como o sujeito ativo qualquer agente do Estado, ou qualquer um que age com a sua chancela, apoio ou aquiescência de um agente estatal, bem como aqueles que agem sob os auspícios de uma organização política em controle de determinado território.

Por fim, registra-se, ainda, que, no Chile, apenas podem cometer o crime de desaparecimento forçado de pessoas os agentes estatais, os grupos armados organizados sob a direção de um responsável que controlam um território, ou de grupos organizados que detenham o poder de forma a garantir a impunidade de seus atos.

À guisa da conclusão deste item, depreende-se que os Projetos de Lei 245/2011 e 236/2012 acabam sendo menos protetivo que o Projeto de Lei 301/2007 e o Estatuto de Roma, na medida em que limita o agente ativo para agente estatal, de instituições ou de grupos armados ou paramilitares. Neste sentido, as legislações dos outros países sul-americanos são mais abrangentes quanto ao sujeito.

Passa-se agora, ao último ato do presente Trabalho de Conclusão de Curso.



## 5 CONCLUSÃO

O Estatuto de Roma criou o Tribunal Penal Internacional, com sede na Haia, em 1998, após um longo percurso jurídico-político. Já a República Federativa do Brasil promulgou o referido estatuto em 2002.

Nada obstante os avanços nacionais e internacionais para a tutela da pessoa humana e de seus direitos, o legislador brasileiro não supriu o vácuo legislativo e criou o tipo do desaparecimento forçado de pessoas no ordenamento jurídico pátrio, no que pese os três projetos de leis apresentados nessa monografia de conclusão de curso.

Impende observar que o crime tipificado pelo Estatuto de Roma do desaparecimento forçado de pessoas possui especial gravidade e atenção junto à comunidade internacional.

No bojo do regramento de Haia, o tipo desaparecimento forçado de pessoas é a detenção, a prisão ou o sequestro de pessoas por um Estado ou uma organização política ou com a autorização, o apoio ou a concordância destes, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a proteção da lei por um prolongado período de tempo.

Igualmente, não se pode deixar de consignar que Argentina, Uruguai e Chile, países com história, políticas, economia e cultura similares ao Brasil, de alguma forma buscaram tipificar o ato em comento.

Enquanto os argentinos optaram por internalizar o crime de desaparecimento forçado tal qual preconiza o Estatuto de Roma, os chilenos optaram por reformar seu Código Penal e incluir o crime, com preceitos primários e secundários próprios.

Conforme apresentado, é imperioso o estudo do tema, uma vez que a prática tomou grande escalar durante o Golpe Civil-Militar de 1964, tema este muito sensível e atual na sociedade brasileira. Com efeito, as ditaduras sul-americanas estudadas, a partir da década de 50 e 60 utilizaram-se desta tática tanto para reprimir a dissidência política, como também para amedrontar suas populações e cidadãos, a fim de se consolidar no poder e afastar o perigo do comunismo, como era à época propagado.

Muito embora o retorno da Democracia e a proteção dos Direitos Humanos tenha se consolidado no Brasil com a Constituição de 1988, observa-se que prática perpetua-se na contemporaneidade, ainda que não identificados com este *nomen iuris*.

Nesta seara, convém relembrar que um dos casos mais emblemáticos no Brasil ocorreu em 2013, quando Amarildo Dias de Souza foi detido por Policiais Militares e conduzido à Unidade de Polícia Pacificadora do Bairro da Favela da Rocinha. Neste ínterim, acabou desaparecido, sem quaisquer explicações coerentes de seu paradeiro pelos agentes de segurança pública. Apenas após a pressão popular é que o caso foi levado ao Poder Judiciário para que houvesse uma resposta, no que pese a discussão jurídica versou sobre outros tipos penais.

Sugeriu-se que o principal problema identificado é a falta de tipificação da conduta do desaparecimento no ordenamento jurídico brasileiro para responder às especificidades da nossa complexa sociedade, assim como uma réplica à obrigação internacional de tipificação, razão pela qual pormenorizou-se as legislações brasileira, argentina, uruguaia e chilena – bem como os projetos de lei –, à luz do Estatuto de Roma e de Princípios do Direito Internacional, para que pudesse ser averiguado e confirmado se o desaparecimento forçado de pessoas foi incorporado por estes Estados Nacionais.

Ao final, após a comparação das leis latino-americanas, constatou-se que o Brasil não tipificou a conduta de desaparecimento forçado, a despeito dos países estudados o terem feito.

## REFERÊNCIAS

A BRIEF LOOK AT 'OPERATION CONDOR. **Arquivo CNV, 00092.003101/2014-64**. 1978. Disponível em: <goo.gl/dKvENo>. Acesso em: 28 abr. 2017.

ACCIOLY, Hidelbrando. **Direito internacional**: manual de direito internacional público. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ALFLEN, Pablo Rodrigo. Crime de desaparecimento forçado de pessoas e o direito penal brasileiro. In: AMBOS, Kai; BÖHM, María Laura; ALFLEN, Pablo Rodrigo. **Crime de desaparecimento forçado de pessoas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p.13-49.

ARGENTINA. Corte Penal Internacional. Lei n.º 26200, de 05 de janeiro de 2007. Ley de Implementación del Estatuto de Roma, aprobado por la Ley n.º 25390 y ratificado el 16 de enero de 2001, de la Corte Penal Internacional. Disposiciones Generales Penas y principios generales. Delitos contra la administración de justicia de la Corte Penal Internacional. Relaciones con la Corte Penal Internacional. Disponível em: <goo.gl/4QzxdV>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ARNS, Paulo Evaristo; SOBEL, Henry; WRIGHT, Jaime. **Brasil: nunca mais**. 40.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. (Projeto Brasil Nunca Mais).

ARQUIVO NACIONAL (Org.). **SNI**: BR\_DFANBSB\_V8\_ARJ\_ACE\_13761\_86\_001. Disponível em: <goo.gl/6S7RT3>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Org.). **SNI**: BR\_DFANBSB\_V8\_ARJ\_ACE\_13761\_86\_001. Disponível em: <goo.gl/UCq26J>. Acesso em: 17 maio 2017.

ASSESSORIA DE IMPRENSA. **Caso Amarildo**: condenados policiais que participaram do crime de tortura. Disponível em: <goo.gl/p9XFSk>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral - 1. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_. **Tratado de direito penal**: parte especial: dos crimes contra a pessoa. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.2.

\_\_\_\_\_. **Tratado de direito penal**: parte geral. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v.1.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 301/2007. Define condutas que constituem crimes de violação do direito internacional humanitário, estabelece normas para a cooperação judiciária com o Tribunal Penal Internacional e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/Bc6Peb>. Acesso em: 02 ago. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. PL 4.038/2008. Dispõe sobre o crime de genocídio, define os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e os crimes contra a administração da justiça do Tribunal Penal Internacional, institui normas processuais específicas, dispõe sobre a cooperação com o Tribunal Penal Internacional, e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/LQhCRU>. Acesso em: 08 set. 2017.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **00092.001121/2012-39**: Documento intitulado "Turma de recebimento". Rio de Janeiro, 21 jan. 1971. Disponível em: <goo.gl/gn2SFy>. Acesso em: 17 maio 2017.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v.1).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <goo.gl/2Gzc2P>. Acesso em: 20 set 2015.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <goo.gl/3bJh1d>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Disponível em: <goo.gl/YwPHFJ>. Acesso em: 13 set. 2018.

BRASIL. Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/RS77zh>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 7.177, de 12 de maio de 2010. Altera o Anexo do Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: <goo.gl/7xcpJR>. Acesso em: 12 dez. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 8.767, de 11 de maio de 2016. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007. Disponível em: <goo.gl/qYg7zG>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BRASIL. Decreto n.º 8.767, de 11 de maio de 2016. Promulga a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, firmada pela República Federativa do Brasil em 6 de fevereiro de 2007. Disponível em: <goo.gl/mG6LwD>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BRASIL. Divisão de Homicídios do Rio de Janeiro. Inquérito Policial n.º 015-02713/2013. Termos de Declaração. Rio de Janeiro, 18 set. 2013. Disponível em: <goo.gl/VTvvGt>. Acesso em: 19 abr. 2017.

BRASIL. Lei n.º 4.898, de 9 de dezembro de 1965. Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de abuso de autoridade. Disponível em: <goo.gl/cipMNK>. Acesso em: 09 maio 2018.

BRASIL. Lei n.º 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/idWTLb>. Acesso em: 23 ago. de 2018.

BRASIL. Lei n.º 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Modifica dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), nos termos do artigo 152 da Constituição, alterado pela Emenda Constitucional n.º 11, de 1978; dispõe sobre preceitos do Decreto-lei n.º 1.541, de 14 de abril de 1977, e dá outras providências. Disponível em: <goo.gl/EQGtjR>. Acesso em: 23 ago. 2018.

BRASIL. Poder Judiciário. Estado do Rio de Janeiro. 35.<sup>a</sup> Vara Criminal do Rio de Janeiro. Sentença n.º 271912-17.2013.8.19.0001. Rio de Janeiro, 1.º fev. 2016. Disponível em: <goo.gl/obMpac>. Acesso em: 18 maio 2017.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n.º 236, de 2012 - (NOVO CÓDIGO PENAL). Reforma do Código Penal Brasileiro. Disponível em: <goo.gl/fB4W8v>. Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei do Senado n.º 245, de 2011. Acrescenta o art. 149-A ao Código Penal, para tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoa. Disponível em: <goo.gl/4fiLG9>. Acesso em: 15 fev. 2016.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. **Referendum 6.163**, 1964. Disponível em: <goo.gl/rw8LXF>. Acesso em: 14 abr. 2017.

BUSATO, Paulo César. **Direito penal**: parte especial - artigos 121 a 234-C do Código Penal. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EREMIAS DELIZOICOV. **Sidney Fix Marques dos Santos**. Disponível em: <goo.gl/2Sbupo>. Acesso em: 10 maio 2017.

CHILE. Código Penal, de 12 de noviembre de 1874. Disponível em: <goo.gl/cLJ9ZT>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CHILE. Ley 20357, de 12 de junio de 2009. Tipifica crímenes de lesa humanidad y genocidio y crímenes y delitos de guerra. Disponível em: <goo.gl/u7GJu6>. Acesso em: 14 jul. 2017.

COALITION FOR THE INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. **Preparatory Commission**. Disponível em: <goo.gl/Dw8kv7>. Acesso em: 07 set. 2015.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. Organização dos Estados Americanos. **OEA/Ser.L/V/II.49, doc. 19 1980**: Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina - 1980. Disponível em: <goo.gl/HQp7J7>. Acesso em: 12 jul. 1980.

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación**. Santiago de Chile: Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, 1991. Tomo II. Disponível em: <goo.gl/CigWXe>. Acesso em: 14 jul. 2017.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. **Nunca Más**: Report of Conadep (National Commission on the Disappearance of Persons) - 1984. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1984. Disponível em: <goo.gl/1dGUii>. Acesso em: 12 jul. 2017.

COMISSÃO DA VERDADE (Org.). Arquivo CNV, 00092.001405/2014-97. **Exército Argentino**, jun. 1976. Disponível em: <goo.gl/c5JF8v>. Acesso em: 10 maio 2017.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sidney Fix Marques dos Santos**. 2015. Disponível em: <goo.gl/SdEU76>. Acesso em: 10 maio 2017.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS (CDHM). **Declaração sobre a Proteção de todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados**. Disponível em: <goo.gl/TLHYug>. Acesso em: 06 jun. 2017.

COMISSÃO DE JURISTAS PARA A ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL. **Relatório final**. Disponível em: <goo.gl/Q2iTbr>. Acesso em: 16 mar. 2016.

CONDE, Julio Cesar M. **El delito de la desaparición forzada de personas como mecanismo de protección de los derechos humanos**. Disponível em: <goo.gl/MY4iRJ>. Acesso em: 07 ago. 2015.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gelman vs. Uruguai**. Sentença n.º 221, Méritos e Reparações. San José, Costa Rica, 24 de fevereiro de 2011. Disponível em: <goo.gl/U3T1k3>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Goiburú e outros vs. Paraguai**. Sentença n.º 153, Méritos, Reparações e Custas. San José, Costa Rica, 22 de setembro de 2006. Disponível em: <goo.gl/X1gLGd>. Acesso em: 28 abr. 2017.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Gomes Lund e Outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil**. Grupo Tortura Nunca Más de Río de Janeiro; Comisión de Familiares de Muertos y Desaparecidos Políticos del Instituto de Estudios de la Violencia del Estado; Centro por la Justicia y el Derecho Internacional (CEJIL). San Jose, Costa Rica, 24 nov. 2010. Disponível em: <goo.gl/s9qaw2>. Acesso em: 03 jul. 2017.

CORTE SUPREMA DE CHILE. Rol n.º 4662 - 07, Caso Episodio Liquiñe, Sentencia del 25 de septiembre de 2008.

CRYER, Robert; FRIMAN, Hakan; ROBINSON, Darryl; WILMSHURST, Elizabeth. **An Introduction to International Criminal Law and Procedure**. 6.ed. Londres: Cambridge University Press, 2012.

DALBORA, José L. G. Informes Nacionales: Chile. In: AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional**. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.55-76.

\_\_\_\_\_. Informes Nacionales: Chile. In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Ed.) **Justicia de transición: Informes de América Latina, Alemania, Italia y España**. Berlin: Konrad - Adenauer - Stiftung e.V, 2009. p.201-234. Disponível em: <goo.gl/jQcAEp>. Acesso em: 06 out. 2017.

FONTELES, Claudio. **Rubens Beyrodt Paiva**. Disponível em: <goo.gl/CXbkae>. Acesso em: 16 maio 2017.

GALBRAITH, Jean. The Bush Administration's Response to the International Criminal Court. **Berkeley Journal of International Law**, v.1, n.3, p.683-702, 2003. Disponível em: <goo.gl/4WVjMu>. Acesso em: 03 abr. 2017.

GENERAL ASSEMBLY RES 898 (IX). **Official Document System of the United Nations**. Disponível em: <goo.gl/tZUzGr>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. "Operação Paz Armada" desarticula tráfico na Rocinha. **Polícia Civil**, 17 jul. 2013. Disponível em: <goo.gl/AjuWUL>. Acesso em: 19 maio 2017.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal**: parte especial: artigos 121 a 154-B do Código Penal. 12.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. v.2.

HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Enforced or Involuntary Disappearances. **Fact Sheet**, Genebra, n.6, Rev.3, 2009. Disponível em: <goo.gl/3zar4j>. Acesso em: 05 jul. 2017.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.4, p.3-12, out./dez. 2001. Disponível em: <goo.gl/Bsn86s>. Acesso em: 19 maio 2017.

MALARINO, Ezequiel. Informes Nacionales: Argentina. In: AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas**: Análisis Comparado e Internacional. Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.5-36.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MERCOSUR DERECHOS HUMANOS. Guía de Archivos y Fondos Documentales. **Sidney Fix Marques dos Santos**. Disponível em: <goo.gl/s4hfCZ>. Acesso em: 10 maio 2017.

MERCOSUR DERECHOS HUMANOS. Guía de Archivos y Fondos Documentales. **CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas)**. Disponível em: <goo.gl/K1qyY7>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS. **Listado de víctimas del accionar represivo ilegal del Estado argentino**: Víctimas de desaparición forzada y asesinato en hechos ocurridos entre 1966 y 1983. Disponível em: <goo.gl/w5Uhmw>. Acesso em: 10 maio 2017.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL. **Crimes da ditadura militar**: relatório sobre as atividades de perseguição penal desenvolvidas pelo MPF em matéria de graves violações a DH cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção (2008-2012). Brasília: MPF, 2017. Disponível em: <goo.gl/6fbzfl>. Acesso em: 17 abr. 2017.

MONHOLLEN, Judy. The Effect of Nazi Propaganda on Ordinary Germans. **Saber and Scroll**, v.1, n.1, 2012. Disponível em: <goo.gl/WWQgFR>. Acesso em: 28 abr. 2017.

NUREMBERG. **Charter of the International Military Tribunal**. London, 1945. Disponível em: <goo.gl/mk1Lfh>. Acesso em: 07 jul. 2017.

OBSERVATÓRIO DO PNDH-3. **Eixo 4:** Segurança pública, acesso a justiça e combate a violência. Disponível em: <goo.gl/n35eK2>. Acesso em: 28 ago. 2018.

OBSERVATÓRIO DO PNDH-3. **O que é o PNDH-3?** Disponível em: <goo.gl/pKDFui>. Acesso em: 23 ago. 2018.

OFFICE OF THE HISTORIAN. **198. Telegram From the Department of State to the Embassy in Brazil.** Disponível em: <goo.gl/AwSCy8>. Acesso em: 03 abr. 2017.

OLÁSOLO, Héctor. **The Triggering Procedure of the International Criminal Court.** Leiden, Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

OPERAÇÃO CONDOR E A DITADURA NO BRASIL. Departamento de Estado dos EUA. Bureau of Intelligence and Research. **"South America: Southern Cone Security Practices"**, 19 jul. 1976. Disponível em: <goo.gl/7Aowk3>. Acesso em: 25 abr. 2017.

OPERATION CONDOR. **Arquivo CNV, 00092.001303/2014-71.** 1976. Disponível em: <goo.gl/GXArJZ>. Acesso em: 28 abr. 2017.

PAIVA, Eunice. E a tragédia chega num lar bem sucedido: depoimento a Tibério Canuto. **Em Tempo**, [s/d].

PALERMO, Pablo Galain. Informes Nacionales: Uruguay. AMBOS, Kai et al. (Org.). **Desaparición Forzada de Personas: Análisis Comparado e Internacional.** Bogotá, DC: GTZ/Temis, 2009. p.135-180.

PARQUE DE LA MEMORIA. **Registro de víctimas.** 2014. Disponível em: <goo.gl/N3YnSJ>. Acesso em: 10 maio 2017.

PERRUSO, Camila Akemi. O Brasil e o desaparecimento forçado de pessoas. **Revista do Curso de Mestrado da Ufc**, Fortaleza, v.30, n.1, p.61-73, jan. 2010. Disponível em: <goo.gl/fSZLCj>. Acesso em: 06 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos:** direitos humanos e memória. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <goo.gl/QH2y57>. Acesso em: 21 fev. 2017.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO. **Informe-SNI/RJ**, n.70, 25 jan. 1971. Disponível em: <goo.gl/MVDoKz>. Acesso em: 17 maio 2017.

REOCH, Richard. "Disappearances" and the international protection of human rights. **The Year Book of World Affairs**, Londres, v.36, p.166-181, 1982.

REPÚBLICA DO CHILE. Ley 19213, crea Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación, establece pensión de reparación y otorga otros beneficios en favor de las personas que señala. Santiago de Chile. Disponível em: <goo.gl/QGwA6h>. Acesso em: 25 ago. 2018.



REZEK, Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Informação n.º 022/16/AC/76**: denúncia de torturas ao Gab. Civil da Presidência. 1976. Disponível em: <goo.gl/n2yruU>. Acesso em: 13 maio 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 37.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

TEATER, Emily. **Volksgemeinschaft**: The Rise of Nazi Ideology. Honors Projects, University Honor, 2012. Disponível em: <goo.gl/ipXjC6>. Acesso em: 28 abr. 2017.

TÉRCIO, Jason. **Rubens Paiva**. Brasília: Edições Câmara, 2013. (Perfis Parlamentares n. 67).

THE AVALON PROJECT. The Fuehrer and Supreme Commander of the Armed Forces. **Nazi Conspiracy and Aggression**, v.7, n.L-90. Disponível em: <goo.gl/YRvd1W>. Acesso em: 16 mar. 2017.

UN GENERAL ASSEMBLY. Resolução n.º 33/173, de 20 de dezembro de 1978. 13/173. Disappeared Persons. Disponível em: <goo.gl/tzwmo6>. Acesso em: 30 maio 2017.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 827 (1993). Disponível em: <goo.gl/bSXvKm>. Acesso em: 10 set. 2015.

UNITED NATIONS. Security Council. Resolution 955 Establishing the International Tribunal for Rwanda (with Annexed Statute), S.C. res. 955, 49 U.N. SCOR at \_\_, U.N. Doc. S/RES/955 (1994). Disponível em: <goo.gl/TzwXHn>. Acesso em: 10 set. 2015.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Nazi camp system**. Disponível em: <goo.gl/sSZc5B>. Acesso em: 17 mar. 2017.

URUGUAY. Código Penal n.º 9155. Disponível em: <goo.gl/P6RMNx>. Acesso em: 06 out. 2017.

URUGUAY. Ley 18.026. Cooperación con la Corte Penal Internacional en materia de lucha contra el genocidio, los crímenes de guerra y de lesa humanidad. Disponível em: <goo.gl/JVjjvf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

URUGUAY. Ley n.º 14068. Ley de Seguridad del Estado y del Orden Interno. Disponível em: <goo.gl/6MkBwX>. Acesso em: 24 set. 2018.

VILLA, Marco Antonio. **A história das constituições brasileiras**. São Paulo: Grupo Leya, 2011.

YAD VASHEM. **About the Holocaust**: Overview - How Vast was the Crime. Disponível em: <goo.gl/X33gUi>. Acesso em: 28 abr. 2017.